



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 058

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 11 DE AGOSTO DE 2003

ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição .....	Durval Amaral
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PPB .....	Duílio Genari
PT .....	Luciana Rafagnin
PDT .....	Neivo Beraldin
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Chico Noroeste
PPS .....	Waldir Leite

## Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Nelson Tureck (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSB - 02: Doutor Luciano - Reni Pereira.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 058ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
11 DE AGOSTO DE 2003**  
(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pela senhora deputada Cida Borghetti e pelo senhor deputado Nelson Garcia.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Nishimori, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagem:**

MENSAGEM Nº 023/2003

Curitiba, 29 de julho de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o

incluso anteprojeto de lei dispondo que os créditos tributários relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, lançados até 30 de junho de 2003, poderão ser pagos em uma ou em várias parcelas, conforme especifica.

O plano de lei em referência, consubstancia proposta da Secretaria de Estado da Fazenda, que me foi encaminhada através do Ofício nº 264/2003, do titular daquela Pasta, onde figura a justificativa adiante transcrita, demonstrando a indiscutível conveniência e oportunidade de que tal medida seja adotada:

“O presente anteprojeto de lei visa incentivar à regularização de créditos tributários relativos ao ICMS que especifica, inscritos ou não em dívida podendo ser pagos em parcela única, com dispensa de multa e de juros, ou em até 36 parcelas mensais sucessivas, com dispensa de 75% da multa e, dos juros, em percentual proporcional ao número de parcelas, inclusive aqueles em que haja somente a cobrança de penalidade pecuniária, sem exigência de imposto, que poderão ser com redução de 75% do valor atualizado desta e dos juros.

Objetivando incentivar que valores de ICMS não declarados e não recolhidos sejam também regularizados, o anteprojeto estende o benefício aos contribuintes que efetuarem denúncia espontânea de infração relativa a fatos geradores relativos ao ICMS ocorridos até 30 de junho de 2003, podendo quitar em parcela única ou parcelar o débito nas mesmas condições já enumeradas.

O artigo 7º do anteprojeto de lei veda a aplicação do benefício no caso de autos de infração com penalidades em virtude da prática de atos com dolo, fraude ou simulação, em virtude do constante no artigo 180 do Código Tributário Nacional.

Por fim, objetivando a redução do montante de crédito acumulado de ICMS em conta gráfica, prevê que o contribuinte que possui crédito acumulado, em virtude de operações de exportação que tenha realizado, poderá utilizá-lo para liquidação integral de débitos de ICMS”.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Os créditos tributários relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, lançados até 30 de junho de 2003, poderão ser pagos em

parcela única ou em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais sucessivas, nos termos previstos nesta lei.

§ 1º - O pagamento integral do imposto, devidamente atualizado, deverá ser efetuado até o dia 28 de novembro de 2003, com dispensa da multa e dos juros.

§ 2º - O crédito tributário objeto de parcelamento sujeitar-se-á:

a) até a data do deferimento do pedido de parcelamento, aos acréscimos previstos na legislação, sendo dispensado 75% (setenta e cinco por cento) da multa;

b) a partir da segunda parcela, inclusive, a juros correspondentes à variação mensal da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP;

c) o valor das parcelas não poderá ser inferior a R\$100,00 (cem reais);

d) o vencimento da primeira parcela ocorrerá até 28 de novembro de 2003, e o das demais até o último dia útil dos meses subsequentes;

e) os juros vencidos serão proporcionalmente dispensados, consoante o número de parcelas, nos seguintes percentuais:

1 - em até 12 (doze) parcelas, com dispensa de 80% (oitenta por cento) do valor dos juros;

2 - entre 13 (treze) e 24 (vinte e quatro) parcelas, com dispensa de 50% (cinquenta por cento) dos juros;

3 - entre 25 (vinte e cinco) e 36 (trinta e seis) parcelas, com dispensa de 30% (trinta por cento) dos juros.

§ 3º - O pedido de parcelamento deverá ser instruído com certidão da Procuradoria Geral do Estado que comprove o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, além da prova da garantia do débito, na hipótese de os débitos inscritos em dívida ativa estarem ajuizados.

Art. 2º - O pedido de parcelamento implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais, assim como exige, para seu deferimento, a expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial para discussão do crédito tributário.

Art. 3º - O não pagamento de duas parcelas, sucessivas ou não, ou de valor correspondente a duas parcelas, nos prazos fixados importará na imediata revogação do parcelamento e na exigência do saldo do crédito tributário, prevalecendo os benefícios desta lei apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas.

Art. 4º - Os parcelamentos em curso poderão ser rescindidos, a pedido do contribuinte, para que ocorra novo parcelamento nos termos da presente lei, não tendo o sujeito passivo direito de restituição ou compensação das importâncias já recolhidas.

Parágrafo Único - A rescisão de que trata este artigo implica na perda dos benefícios antes concedidos, relativamente aos valores pendentes de recolhimento.

Art. 5º - Aos que procurarem espontaneamente a repartição fazendária para reconhecer infração relativa a fatos geradores relativos ao ICMS ocorridos até 30 de junho de 2003, será concedida a dispensa dos juros que incidirem sobre a dívida confessada espontaneamente, desde que quitado integralmente o imposto, devidamente atualizado.

Parágrafo Único - O contribuinte poderá optar por parcelar o imposto relativo à infração reconhecida de que trata o *caput*, observando, no que couber, as disposições contidas nesta Lei quanto ao parcelamento.

Art. 6º - Os créditos de ICMS decorrentes exclusivamente de penalidade pecuniárias, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 30 de junho de 2003, poderão ser liquidados, com redução de 75% (setenta e cinco por cento) do seu valor atualizado e dos juros, desde que integralmente recolhido o débito remanescente até 28 de novembro de 2003.

Art. 7º - O disposto nesta lei não se aplica a autos de infração em que sejam exigidas as penalidades dos incisos VII, VIII, IX, X, XI e XII, alínea "a" do inciso XIII, alínea "g" do inciso XV, e alíneas "b" e "c" do inciso XVII, todos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, e as penalidades correlatas das Leis Ordinárias anteriores do ICMS ou do ICM.

Art. 8º - A competência para deferir o parcelamento de que trata esta lei é do diretor da Coordenação da Receita do Estado, que poderá delegá-la.

Art. 9º - O contribuinte que possuir crédito acumulado de ICMS, habilitado pelo Sistema de Controle da Transferência e Utilização de Créditos Acumulados - Siscred, decorrente de operações de exportação, poderá utilizá-lo para liquidação integral de débitos de ICMS, inscritos ou não em Dívida Ativa, ajuizados ou não, lançados até 30 de junho de 2003, com dispensa da multa e dos juros, mantida a correção monetária, observado o disposto em decreto do Poder Executivo.

Parágrafo Único - Para usufruir do disposto no *caput* deverá o contribuinte protocolar requerimento, até 28 de novembro de 2003, na Agência de Rendas do seu domicílio tributário.

Art. 10 - O disposto nesta lei não enseja a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

Art. 11 - No prazo de até trinta dias contados da data de sua publicação, a presente lei será regulamentada por decreto do Poder Executivo.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

**Ofícios:****OFÍCIOS**

Sob nº 252/2003, do senhor Hermes Ricardo Matias de Paula, secretário executivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do FNDE, no valor de R\$576,00. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob nº 978/2003, do senhor Ricardo Fernandes Bezerra, Diretor Geral da Secretaria de Estado da Educação, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Plauto Miró Guimarães, que pede esclarecimento “quanto ao processo de escolha dos diretores das escolas públicas estaduais”. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

**Indicações:****INDICAÇÃO Nº 70/2003**

Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O deputado estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte: propõe a reativação, em caráter de urgência, do recanto existente na Rodovia dos Minérios, próximo ao trecho rodoviário de Rio Branco do Sul.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

**JUSTIFICATIVA:**

Salienta-se que durante muito tempo o recanto localizado na Rodovia dos Minérios no trecho rodoviário de Rio Branco do Sul, foi utilizado por caminhoneiros e viajantes que por ali passavam, a fim de descansarem e realizarem refeições. No entanto, desde a sua desativação não existe mais naquele local e em suas proximidades, um ambiente conveniente para que os viajantes que transitam possam repousar com tranquilidade.

Notadamente que o recanto em tela, ao ser reativado merecerá uma estruturação quanto à sinalização e manutenção das condições, vale dizer, de água tratada, sanitários e mesas adequadas para o ambiente.

Nestes termos, justifica-se a reativação do recanto localizado na Rodovia dos Minérios no trecho rodoviário de Rio Branco do Sul.

**INDICAÇÃO Nº 71/2003**

Exmo. Sr. Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná:

O deputado estadual Padre Paulo Campos dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1) a criação de sistema de bolsas de estudo destinado a estudantes egressos da rede pública de ensino que, matriculados em instituições de ensino superior mantidas pela iniciativa privada, demonstrarem insuficiência de recursos;

2) o valor das bolsas de estudo deverá corresponder às despesas com a matrícula e mensalidades escolares devidos à instituição de ensino superior privada;

3) a comprovação de conclusão em escola pública será efetivada no ato da matrícula, mediante a apresentação de histórico escolar expedido pela instituição de ensino.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

**JUSTIFICATIVA:**

Esta Indicação tem por objetivo possibilitar que os estudantes pertencentes às camadas mais pobres da população brasileira possam concluir o curso superior em instituições privadas.

Os dados do Censo da Educação Superior de 2000 mostram que os jovens das camadas mais pobres praticamente não têm acesso à educação superior pública: apenas 7,7% dos jovens entre 18 e 22 anos frequentam cursos universitários. Cerca de 70% deles estudam em estabelecimentos privados. Quando conseguem chegar ao ensino superior, o custo é tão alto que apenas os que têm bons empregos ou apoio econômico da família conseguem pagar a faculdade. Por isso, há elevada inadimplência e evasão, até porque o sistema de crédito educativo, que poderia ser uma alternativa, é insuficiente e inadequado. São tarefas inadiáveis a ampliação significativa das vagas nas universidades públicas e a reformulação do sistema de crédito educativo vigente.

O artigo 23, inciso V, da Constituição Federal declara ser competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência. O presente projeto obedece a Constituição, proporcionando os meios adequados para garantir aos alunos egressos das escolas públicas de ensino médio a continuidade de sua escolarização. Direito da população e dever do Estado.

Considerando a relevância social da proposta, esperamos contar com o apoio dos parlamentares para a rápida tramitação e aprovação.

**Requerimentos:****REQUERIMENTO Nº 1536**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia dos Projetos de Lei nºs 275/2003 e 358/2003, para que os mesmos completem a tramitação no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) HERMES FONSECA

**REQUERIMENTO Nº 1537**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do

Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, o arquivamento do Projeto de Lei nº 393/2003, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) NELSON JUSTUS

#### REQUERIMENTO Nº 1535

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o uso de horário, no Grande Expediente, para pronunciamento do senhor Madson de Oliveira, da União Paranaense dos Estudantes, no próximo dia 13 de agosto.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 1538

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a realização de Sessão Solene no dia 15 de setembro próximo em comemoração aos 168 anos da Revolução Farroupilha - movimento iniciado em 20 de setembro de 1835 em que se demonstrou o patriotismo e coragem de um povo em busca de seus ideais.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

A Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha ocorrida no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, que culminou com a Proclamação da República Riograndense ou do Piratini (Rio Grande do Sul, em 1836) e da República Juliana (Santa Catarina, em 1839), foi a mais longa das revoltas ocorridas no Brasil, com duração de dez anos, de 1835 a 1845.

As causas do movimento foram a insatisfação dos estancieiros e charqueadores com a política econômica adotada pelo Império, que devido ao baixo imposto de importação e altos impostos sobre o produto nacional, provocava uma concorrência desleal do charque argentino e uruguaio, arruinando a economia sulista. Assim sendo, as principais reivindicações eram a proteção da pecuária sulista e uma maior liberdade administrativa para as Províncias que não podiam fazer uso do dinheiro proveniente da arrecadação para a realização das obras de infra-estrutura, como pontes, estradas e escolas, tudo isso somado aos ideais republicados inspirados pela Revolução Francesa (liberdade, igualdade e fraternidade), de independência dos três Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) e de mudanças no contexto político e econômico que se apresentava contrário à Monarquia.

Daí porque o então coronel de Estado-Maior do Exército, Bento Gonçalves da Silva, na ocasião comandante da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, patriota incontestável diante de inúmeros combates com castelhanos, indignado com a posição do governo imperial, se

revolta e percorre o interior da Província insuflando a Revolução.

O movimento de estendeu pelos anos em sangrentos combates e pela sua duração de um decênio, se constata a garra daquele povo, a despeito do maior número de soldados e equipamentos das tropas imperiais. Ante o sucesso da revolta, o governo imperial envia Luiz Alves de Lima e Silva, então Barão de Caxias, hoje patrono do Exército brasileiro, para apaziguar o sul. Embora contasse sucessivas vitórias, Caxias não logra êxito na rendição dos farrapos. Não obstante, um fato novo ajudou a paz, pois o ditador argentino Manuel Rosas, que sonhava com a expansão territorial e estava interessado no prolongamento da Revolução e na separação da Província, manda emissários propondo uma aliança aos farroupilhas que colocaram o patriotismo e a defesa do território nacional acima dos próprios ideais. Assim, em 28 de fevereiro de 1845 foi assinado o armistício pelos farrapos e em 01 de março do mesmo ano pelo Império. No acordo de paz foram atendidas algumas reivindicações dos farrapos, tais como a escolha do presidente da Província, anistia geral aos farrapos, libertação de todos os prisioneiros, garantia de liberdade aos escravos que serviram nas tropas republicanas, garantia do direito à propriedade, entre outras. Não houve vencidos nem vencedores, mas os farrapos conseguiram o que desejavam.

Isto posto, em virtude da forte colonização gaúcha e catarinense no Paraná, somada à presença considerável de Parlamentares naturais desses estados nesta Assembléia Legislativa, trabalhando sempre pelo desenvolvimento e pela integração do sul do país, consideramos importante relembrar a data comemorativa da Revolução Farroupilha, homenageando o exemplo de patriotismo e coragem de um povo em busca de seus ideais e das causas justas.

#### REQUERIMENTO Nº 1556

Senhor Presidente:

REQUER à V. Exa., a transferência da reserva do Plenarinho, já aprovada por esta Casa de Leis, do dia 19/08/2003, para o dia 25/08/2003, a partir das 8h30, para a realização da segunda audiência pública da Comissão de Saúde Pública, com o tema: "Atos Médicos".

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

#### REQUERIMENTO Nº 1525

Senhor Presidente:

O deputado Hermas Brandão, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de pesar pelo falecimento do senhor Vergílio Sanfelice, a sua esposa Helena Sanfelice e aos filhos Carla Regina Sanfelice, Cristiano César Sanfelice e Gabriel Joaquim Sanfelice, com endereço à Rua Amauri Lange Silvério, 369 - Pilarzinho, Curitiba.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

## REQUERIMENTO Nº 1526

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar aos familiares de Cecílio Fermينو Fraga, pelo seu falecimento. Que da decisão, se dê ciência aos seus filhos: José Melo Fraga, Lecínio Melo Fraga, Nadir Melo Fraga Cunha, Cecílio Fermينو Fraga Filho, Mauro Melo Fraga, Sílvia Helena Melo Fraga e João Batista Melo Fraga, no endereço: Chácara Nadir Fraga, s/n, PR-218, CEP: 86.490-000, em Ribeirão do Pinhal.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

## REQUERIMENTO Nº 1531

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta egrégia Casa de Leis, voto de profundo pesar à família Lopes da Silva, pelo falecimento do Sr. Antonio Lopes da Silva, ocorrido no dia 04 do corrente mês.

Do aprovado, Requer ainda, seja encaminhado cópia à família enlutada, no endereço: Sebastião Bordin da Silva, Rua Mato Grosso, 200 apto 42 G, CEP: 80.620-070 - Curitiba-PR e Adir Bordin da Silva, Rua Genuíno Piacentini, 520 - CEP 85.506-220 - Pato Branco-PR.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

## JUSTIFICATIVA:

O Sr. Antonio Lopes da Silva, faleceu aos 76 anos, viúvo de Tereza Bordin da Silva, deixa cinco filhos; Adir, Sebastião, Darci, Redina e Eni.

Seu Antonio, um dos pioneiros do município de Pato Branco, ali residiu a maior parte de sua vida, trabalhando como carpinteiro e contribuindo para o crescimento e o progresso daquele município.

Nossa homenagem ao Sr. Antonio, pessoa muito querida no município, onde por sua conduta e dedicação deixa o exemplo de pai, esposo e cidadão, a todos aqueles que tiveram a oportunidade de conhecê-lo.

## REQUERIMENTO Nº 1546

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do engenheiro agrônomo Benjamin Hamerschmidt.

O referido se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade como fundador e ex-presidente - por dois mandatos, de 1976 a 1980 - da Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar).

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1553

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedida correspondência com votos de condolências à família e aos funcionários das Organizações Globo, em razão do falecimento do Jornalista Roberto Marinho no dia 06 de agosto de 2003, aos 98 anos, no Rio de Janeiro.

A área de comunicação do Brasil perdeu seu representante mais ilustre. Homem trabalho e de visão progressista.

Deixou a viúva, Sra. Lily Marinho, e os filhos João Roberto, José Roberto e Irineu Marinho, além de netos e bisnetos.

Roberto Marinho nasceu em 03 de dezembro de 1904, no bairro Estácio, no Rio de Janeiro.

Iniciou sua carreira aos 21 anos, quando assumiu o vespertino. O Globo, depois da morte de seu pai, Irineu Marinho, que havia fundado o jornal apenas 24 dias antes. Daí em diante, Roberto Marinho consolidou o jornal e expandiu a organização com a Rádio Globo e, em 1960, a TV Globo, maior emissora de televisão do país.

Roberto Marinho acreditou no Brasil, mesmo nos tempos mais difíceis e levou o nome do nosso país para o mundo, através da vasta programação de sua emissora de televisão.

Em 1993, candidatou-se à vaga da cadeira nº 39 da Academia Brasileira de Letras, que antes pertencia ao também jornalista Otto Lara Resende. No dia 22 de julho de 1993, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras e tomou posse no dia 19 de outubro.

Em 1998, Roberto Marinho dividiu com seus filhos o poder das Organizações Globo.

Roberto Marinho faz parte da história deste país, destacando-se sempre pelo trabalho e pela dignidade, merecedor das homenagens póstumas desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

## REQUERIMENTO Nº 1563

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Inezilda Rezende Ribeiro, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida e respeitada pelos seus familiares, amigos, colegas de profissão, alunos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimento pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1568

#### SÚMULA:

Solicitação de registro de profundo pesar pelo falecimento do jornalista Roberto Marinho, e registro para a história da insigne memória do presidente das Organizações Globo, da Fundação Roberto Marinho, de Cultura, Teleducação, Patrimônio Histórico e Artístico e membro da Academia Brasileira de Letras, com inserção nos Anais desta egrégia Assembléia.

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subcreve, pede à egrégia Assembléia, a inserção nos Anais desta Sessão, de voto de profundo pesar pelo falecimento do jornalista Roberto Marinho, grande brasileiro, presidente do jornal “O Globo” do Rio de Janeiro, da Rádio Globo e do Sistema Globo de Rádio - que inclui a CBN - fundador da Rede Globo de Televisão, hoje com expressão e alcance internacional, através da Globosat, mentor da Fundação Roberto Marinho e da TV Futura, membro da Academia Brasileira de Letras.

Outrossim, pede a inscrição nos Anais desta Assembléia, da Justificativa *ab sequentia*, registro da eloqüente trajetória de vida desse brasileiro ilustre, para conhecimento da posteridade.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

O brasileiro Roberto Marinho nasceu no Rio de Janeiro, em 1904 e, na mesma cidade faleceu, neste 2003, no último dia 06 de agosto. Quando nasceu, já no meio jornalístico, filho do jornalista Irineu Marinho e de D. Francisca Pisani Marinho, a vida parecia marcá-lo para sempre com a dedicação às letras no meio carioca. Ao falecer, aos 98 anos, era personagem universal, símbolo da cultura brasileira contemporânea, voltado para a imagem, um revolucionário da comunicação, da cultura, da educação e do entretenimento.

Herdou um jornal, apostou tudo na televisão, na imagem, nas mídias do futuro, e deu à cultura brasileira suporte universal.

Através da sua visão global, “A Escrava Isaura”, falou chinês e os sonhos de liberdade de José de Alencar para os negros brasileiros apaixonaram multidões de chineses.

Da mesma forma, “Terra Nostra”, epopéia dos imigrantes italianos que “fizeram América” no Brasil, ganhou os mercados de toda a Europa e fez sucesso nos vídeos do Bósforo, entre o mar de Mármara e as águas

doces da Europa, na grande Istambul, porta dos mares da Ásia, Tiago Lacerda, Maria Fernanda Cândido e Ana Paula Arósio a narrar, em turco, a formação de São Paulo. E assim foi com “Gabriela, Cravo e Canela”, do inesquecível Jorge Amado, com “Maria Moura”, com “O Crime do Padre Amaro”, “A Muralha”, “O autor da Compadecida”, Fernanda Montenegro, vivendo a Virgem Maria, vestida de ouropel, a proclamar singelas misericórdias da alma nordestina, traduzida em todas as línguas.

Mas Roberto Marinho ainda fez mais: - através da Fundação que leva o seu nome, já há 25 anos ativa no Brasil, nos apoiou no Paraná, pessoalmente - e daí o nosso relacionamento com ele, na:

- Criação do Museu de Arte Sacra da Igreja da Ordem, 1979.

- Organização do arquivo fotográfico e digitalizado da Casa da Memória, 1981.

- Campanha de despoluição visual do Centro Histórico e da Rua XV, pela televisão.

E, quando prefeito de Curitiba, pude realizar, com seu valioso apoio, “Cores da Cidade”, em 1995, que revitalizou e restaurou dezenas de fachadas de casarões históricos da Praça Generoso Marques, e Arcadas do Pelourinho, que, ao seu lado, de Lily e de minha Margarita, tive o prazer de inaugurar.

Juntos inauguramos a memorável exposição “Pin-tura Brasileira - coleção Roberto Marinho”, no Museu Metropolitano de Arte de Curitiba, quando o mecenas não hesitou em despojar a própria casa do Cosme Velho, de peças importantes da pinacoteca, para compartilhá-las com nosso povo.

O agradecimento é a memória do coração.

Inesquecível sua passagem, com Lily, pelo Farol do Saber. Quando o jornalista fez questão de visitar a primeira das 57 bibliotecas de bairro, em forma de farol - cada uma com 7 mil livros e 25 computadores ligados à Internet - que tive a felicidade de idealizar e fiz erguer em cada um dos bairros de Curitiba. Disse-me na ocasião o jornalista Roberto Marinho - “A luz do conhecimento, Rafael, é a que nunca se apaga”.

Esta luz é a mesma que brilha nos programas de teleducação, nos projetos de preservação do patrimônio histórico e cultural, no resgate da música e da literatura brasileira, na informação e no entretenimento, idealizados pelo singular e superlativo personagem que nos deixou.

Quando ministro de Estado, presidente da Comissão Comemorativa dos 500 Anos do Brasil, encontrei em Roberto Marinho e seus filhos, Roberto Irineu, João Roberto e José Roberto e toda a equipe da Rede Globo nacional, dirigida por Marluce Dias da Silva, grandes parceiros e apoiadores. Através da Globo, e pelo trabalho incansável de seus profissionais, pudemos transmitir para todo o Brasil e o mundo, via satélite, a comemoração da Primeira Missa, desde o Porto Seguro, com músicas brasileiras executadas pela Camerata Antíqua de Curitiba.

Com ele, idealizamos o programa “Brasil 500 Anos”, de motivação nacional, que viabilizou mais de mil projetos culturais, implementados em todo o país e no exterior.

Também, enquanto ministro de Estado, pudemos realizar, com a Fundação Roberto Marinho, o telecurso profissionalizante “Meu Negócio é Turismo”. Motivador para trabalhadores de restaurantes, hotéis, taxistas e operadores do “trade turístico”. Vinte lições de vídeo e apostilas, onde as pessoas aprendem a “inventar seu emprego” através do turismo. Este telecurso, em mais de 300 mil cópias, esgotou-se. Suas apostilas, até hoje, são disputadas nos cursos superiores de Turismo de todo o Brasil, pela qualidade pedagógica e pela rapidez e eficiência dos resultados.

Destes tempos de ministro, quando sofri campanha orquestrada por setores que não queriam ver bingos enquadrados pela engenharia lotérica da Caixa Econômica, como idealizei, (coisa que até hoje não aconteceu, permanecendo a impunidade federal) guardo feliz lembrança do comportamento ético da editora jornalística da Rede Globo e das Organizações Globo.

Roberto Marinho, desde 1925 até a idade longeva, professou o jornalismo compromissado com a verdade e a construção do Brasil moderno.

Ele sabia que o jornalismo será tanto melhor quanto mais compreender que a velocidade da informação é inimiga da ética.

Sua trajetória eloquente a queda de Washington Luís, atravessou a era Vargas, as presidências de Dutra e Café Filho, o convívio democrático com Jango, JK e Jânio, os anos difíceis da ditadura militar - onde jamais cedeu a apelos de expurgos na redação de “O Globo” - e chegou ao Brasil contemporâneo de Tancredo, Sarney, Collor, Itamar, FHC e Lula.

Seu velório, que testemunhamos, na mansão do Cosme Velho, no Rio de Janeiro, quinta-feira última, foi painel superlativo da vida brasileira contemporânea. Todos os que fazem cultura e história, lá estiveram. Privilegiados pelo fraterno convívio desse homem - que herdou um jornal, tudo apostou na imagem, fez sua grande televisão e deu à cultura brasileira suporte global - fomos dizer-lhe adeus. Lembramos todo o bem que criou. O quanto soube compartilhar, com o nosso povo.

A Roberto Marinho cabe o pensamento que tanto apreciava:

“Um homem é eterno, quando sua memória permanece”.

#### REQUERIMENTO Nº 1530

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado o envio de votos de congratulações e aplausos, à Rádio Celinauta em comemoração ao aniversário de 49 anos, completado no último dia 31 de julho.

Do aprovado, requer ainda se dê ciência ao diretor-geral da Rede Celinauta de Comunicação, Anderson Sanita, ao diretor, Frei João Bosco, vigário da Paróquia São Pedro Apóstolo, e aos funcionários no endereço: Fundação Cultural Celinauta, Rua Tocantins, 1991, Centro, CEP: 85.505-190 - Pato Branco - PR.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Rádio Celinauta completa 49 anos de fundação, e de excepcional trabalho prestado às populações do sul do país.

Com competência, determinação e muita dedicação ao público, a emissora modernizou-se ao longo dessas décadas, possibilitando que suas ondas cheguem aos mais remotos lares, transmitindo sempre a melhor informação e conhecimento, educando e evangelizando a população, graças a uma eficaz e diversificada programação.

É de especial relevância destacar, o zelo, o denodo e o profissionalismo com que a direção da emissora e seu quadro de funcionários, tem atuado nos diversos setores de sua competência, com profundo respeito ao cidadão, e com o sublime propósito, de desenvolver o senso crítico de uma sociedade e oferecer um eficiente serviço aos seus milhares de ouvintes.

#### REQUERIMENTO Nº 1559

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Euclides Lourenço de Faria e Maria de Jesus Fernandes, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente essa aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1560

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o



douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Nelson Wilt e Emília Wilt, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente essa aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1562

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Mauro Juvenal Vieira e Luiza Fagundes Vieira, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente essa aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1564

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Joaquim Martins de Araújo e Madalena Martins de Araújo, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em

todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente essa aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1561

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal José Menegusso e Zilda de Oliveira Menegusso, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente essa aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1565

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Aparecido Antonio de Araújo e Cleuzeni Maria Lima de Araújo, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar

vivendo intensamente essa aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1566

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Osvaldo Iurk e Alcedina Iurk, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente essa aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1567

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao Educandário Divina Pastora do município de Uraí, voto de congratulações pelo seu 50º aniversário, comemorado no dia 05 de agosto, e que do presente se dê ciência à diretora, irmã Yulie Harano, e à prefeita municipal, Iracelis da Fonseca Borghi.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Com o nome de Educandário Nossa Senhor Aparecida, foi fundado em 05.08.1953, pela congregação das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria, tendo como objetivo auxiliar os padres capuchinhos através da promoção dos mais necessitados, da evangelização e catequese, exercendo missão apostólica na educação, saúde, assistência, promoção humana e pastoral, nos lares-escolas, creches, escolas, hospitais, lar dos velhinhos, paróquia e em missões.

Nessa data chegaram as Irmãs Madre Germana Maria de São Francisco, Irmã Fabiana do Bom Conselho

e Irmã Maria Márcia de São Francisco, fixando residência cedida pelo então prefeito João Marioto.

No dia 10 de agosto, as irmãs iniciaram as aulas do jardim da infância que já funcionava no salão paroquial, com 29 alunos.

Em 1954 já com o registro da Escola e dos cursos requeridos na Secretaria da Educação e Cultura, deu-se início ao curso primário com 20 alunos, no período matutino, e nas mesmas salas, o jardim e pré, no período da tarde. Em agosto do mesmo ano, receberam da Secretaria da Educação, mobiliário e material escolar para funcionamento do curso noturno de alfabetização para adultos.

Para a construção do educandário foi doado um terreno pelo senhor Sebastião Vince, e materiais foram conseguidos com doação do ex-prefeito João Marito e promoções feitas por professores, alunos e toda a comunidade local.

Em 28 de outubro foi lançada a pedra fundamental, e no ano seguinte madre Germana é transferida deixando todo o alicerce pronto. Assumindo o Educandário a Madre Justa Maria de São Tarciso, que além das aulas assumidas no Ginásio Diocesano, continuou trabalhando para continuar a construção, com auxílio dos alunos e voluntários.

Com ampliação do Educandário que contava com 96 alunos, recebia também as juvenistas e internas que vinham da zona rural, de Congonhinhas, Rancho Alegre, Mandaguaçu, Porto União, São Jerônimo da Serra, Santa Cecília, Cambará e Jataizinho, começa o sonho da construção do Colégio.

Em 1959 os 190 alunos puderam usar as salas novas, as internas instalaram-se no novo dormitório e as irmãs ocuparam a clausura. O término da construção se deu em 1960.

A primeira formatura do ensino de 1º grau deu-se em 1977.

A partir de 1984 a Escola passou a denominar-se Escola Divina Pastora Ensino Pré-Escola e de 1º Grau, tendo como sua entidade mantenedora o Educandário Divina Pastora.

Em 1991 recebe doação de um terreno de propriedade do órgão público para a construção de uma quadra esportiva, que foi construída com a colaboração da APM, dos pais e professores, e inaugurada em 24 de setembro de 1994.

A irmã Yulie Harano assume a direção do Educandário, dando continuidade à missão de educar com amor, a infância e adolescência de Uraí, que foi desde o início o objetivo e o compromisso assumido pelas suas fundadoras.

#### REQUERIMENTO Nº 1574

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, pede a inserção, nos Anais desta Sessão, votos de congratulações ao Sindicato dos Policiais Rodoviários do

Estado do Paraná, pelo transcurso dos 75 anos da Polícia Rodoviária Federal, comemorado a 27 de julho passado.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

A vida dos brasileiros em trânsito pelas nossas estradas tem sido protegida ao longo de décadas pela valorosa corporação dos policiais rodoviários federais, que não medem sacrifícios e esforços para cumprir o seu dever de proteção e civilização.

#### REQUERIMENTO Nº 1555

Senhor Presidente:

Os deputados estaduais, que firmam o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vêm REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa, que se digne a aprovar a consagração nos Anais da Sessão Plenária desta data, de felicitações especiais ao cardeal Dom Geraldo Magella Agnello, presidente da CNBB, pelo registro de seu jubileu de prata de consagração episcopal.

A efeméride comemorativa é profundamente marcante no Oeste do Paraná. Constitui-se em marco inicial e referência, na diocese de Toledo, o ministério episcopal de Dom Geraldo Magella Agnello, tão ricamente abençoado com sucessivas ascensões hierárquicas, chegando com todos os méritos à condição atual de cardeal de Salvador, Bahia, e primaz do Brasil.

A Assembléia Legislativa do Paraná, pelos parlamentares requerentes (como representantes do Oeste do Paraná) e demais nobres pares, sente-se muito honrada em cumprimentar o insigne cardeal pela data em festejo, manifestando-lhe, além dos sentimentos fraternos, vida longa e fecunda em seu trabalho pastoral, que é um exemplo de dedicação e fé.

Do aprovado, requerem os subscritores seja dada ciência ao homenageado, via correspondência a ser encaminhada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB - SES - Quadra 801 - Conjunto B - CEP: 70401-900 - Brasília-DF.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(aa) ELIO RUSCH e DUILÍO GENARI

#### REQUERIMENTO Nº 1527

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de votos de louvor ao atleta Rodrigo Pimentel Bastos, guarapuavano, 36 anos, consagrou-se no dia 03 de agosto de 2003, em Santo Domingo, República Dominicana, no XIV Pan Americano categoria Tiro Esportivo, medalha de prata da presente modalidade esportiva de "Fossa Olímpica".

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao atleta Rodrigo Pimentel Bastos, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Capitão Argílio Fer-

reira, nº 50, Bairro Trianon - CEP: 85.012-220, Guarapuava-PR.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 1547

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor às londrinenses: Bárbara Laffranchi, 36 técnica da Seleção Brasileira de Ginástica Rítmica Desportiva, sua auxiliar, Camila Ferenzin, 26 e às ginastas: Dayane Camilo da Silva, 25, Ana Maria Maciel, 15 e Thalita Nakadomari, 18 além de suas companheiras, à também paranaense Gabriela Andrioli, 17, à paulista Fernanda Cavalieri, 17 e à gaúcha Natália Edit, 17 pelas medalhas de ouro, conquistadas nos Jogos Pan Americanos realizados em Santo Domingo.

A referida homenagem deve-se pelo fato de essas ginastas - cinco londrinenses entre elas - que treinam na Universidade do Oeste do Paraná - Unopar - em Londrina, alcançarem por três vezes o lugar mais alto no pódio do Pan Americano em Santo Domingo, com uma pontuação inédita e uma apresentação inesquecível para o Brasil.

Requer ainda, que seja dado ciências, às homenageadas, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1548

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Assad Nabhan.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por esse senhor prestados à comunidade.

Requer ainda, que seja dada a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1554

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, seja enviado votos de aplausos e congratulações a Gabriela Andreoli, de Toledo, atleta integrante da equipe brasileira de Ginástica Rítmica Desportiva - GRD, onde conquistou medalha de ouro nos Jogos Panamericanos na data de domingo, em Santo Domingo.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) ELTON CARLOS WELTER

## REQUERIMENTO Nº 1572

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve solicita ao Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Departamento de Estradas de Rodagem, com recursos próprios do Orçamento, ou do Prodetur do Sul, o asfaltamento da estrada - em 3 Km - entre a rodovia "Curitiba - Ferraria - Campo Largo" e a Colônia Antônio Rebouças.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A mais que centenária, e imperial, colônia de Antônio Rebouças é sede da antiga igreja de Nossa Senhora do Carmo, localidade turística e histórica das mais aprazíveis da Região Metropolitana de Curitiba. Deve seu nome a um dos melhores engenheiros do Brasil, negro, protegido da Princesa Isabel, pioneiro da mobilidade social e, das grandes soluções de transportes públicos.

Terra natal do Arcebispo Metropolitano de Curitiba Dom Pedro Fedalto e de numerosas famílias de imigrantes italianos. Área de vinicultura, de pesca, de cerâmica, e de turismo rural e religioso, cenário do filme "Oriundi", de Ruben Genaro, - com o grande ator Anthony Queen, paisagem bucólica extremamente apreciada pelos paranaenses. Lá se desenvolvem anualmente grandes romarias religiosas, em junho e julho. Lá, todos os finais de semana, há movimentação turística regional.

O acesso sem pavimentação representa um "gap", ponto negativo, para o desenvolvimento das potencialidades locais. Sem falar nas dificuldades para o escoamento da farta produção agrícola da região, sem agro-tóxicos de Curitiba.

## REQUERIMENTO Nº 1551

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa que, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Exmo. Sr. Roque Zimmermann, digníssimo secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, solicitação no sentido de informar quando será implantado o Programa Leite para as crianças do Estado do Paraná em Curitiba, quantas crianças serão incluídas e como será equacionada a distribuição do mesmo.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

O baixo nível de renda das famílias paranaenses gera, entre outras dificuldades, a desnutrição de suas crianças com repercussões bio-psíquicas que se estendem, muitas vezes, para o resto da vida. Como diz a poeta chilena Gabriela Mistral, o nome da criança é hoje, seu crescimento e desenvolvimento não podem esperar.

Um programa como o anunciado na campanha eleitoral do atual governo, pode, de forma emergencial, minorar o problema, uma vez que propõe diminuição da desnutrição, sendo prioritário o atendimento de crianças de 6 a 36 meses de idade, pertencentes a famílias com renda média *per capita* mensal inferior a meio salário mínimo, através da distribuição de leite fluído pasteurizado, com teor mínimo de gordura de 3% e enriquecido com vitaminas A e D.

Nesse sentido dirigimos a V. Exa. o presente pedido de informações, a fim de podermos esclarecer às lideranças e comunidades que têm indagado a respeito das perspectivas de verem concretizada esta tão aguardada promessa de campanha do atual governo.

## REQUERIMENTO Nº 1552

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, que após ouvido o Plenário, seja enviado ao Exmo. Sr. Caíto Quintana, chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, solicitação no sentido de informar quando será assinado o processo de reconhecimento do curso de Farmácia da Universidade do Oeste do Paraná, que se encontra nas mãos de S. Exa.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que o curso de Farmácia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná já formou sua primeira turma em 08/11/2002 e que foi reconhecido pelo MEC com conceito "A", os formandos solicitam a agilização da assinatura do Ato.

Os 29 formandos em 2002 e os 35 formandos de 2003, aguardam a regulamentação para poderem requerer o registro junto ao Conselho Regional de Farmácia e iniciar o exercício de sua profissão, para a qual já se encontram ou se encontrarão em breve habilitados.

Os profissionais da primeira turma encontram-se parados, sem possibilidade de trabalhar pela falta de registro no CRF, que se encontra condicionada a assinatura do processo de reconhecimento por parte do Governo do Estado, pelo que, por intermédio deste parlamentar, solicita, encarecidamente, sejam agilizados os trâmites burocráticos.

## REQUERIMENTO Nº 1576

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa que, após ouvido o Plenário, seja enviada ao Exmo. Sr. governador do Estado do Paraná, por intermédio da Companhia de Energia do Paraná - Copel, solicitação no sentido de informar quando entrará em vigência a isenção das tarifas de energia elétrica para famílias de baixa-renda no Estado

do Paraná; quais os critérios que serão adotados para a isenção das tarifas e quantas famílias serão beneficiadas no Paraná e em Curitiba.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

Durante a campanha que o elegeu, o atual governo do Estado do Paraná, demonstrando grande sensibilidade social, sustentou a proposta de isentar as famílias de baixa renda do Paraná da tarifa de energia elétrica.

Tratava-se de firme disposição de enfrentar o problema do acesso a um bem essencial, indispensável à vida e desta forma já compreendido no âmbito do Código de Defesa do Consumidor (Art. 22), que defende seu fornecimento, sem interrupção, como direito.

A isenção da tarifa, por certo evitaria a contração de outras despesas essenciais das famílias como a de alimentação, com reflexos positivos sobre a qualidade de vida de nossas famílias pobres.

Não obstante as dificuldades que o Executivo deve enfrentar para viabilizar tão auspiciosa proposta, sua viabilização já tarda em demasia, o que leva nossa população a, ansiosa, indagar sobre as providências que as autoridades estão tomando para efetivar o prometido.

Neste sentido, encaminho, respeitosamente, a V. Exa. a solicitação de informações conforme o acima exposto.

#### REQUERIMENTO Nº 1577

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa que, após ouvido o Plenário, seja enviada ao Exmo. Sr. governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva - por intermédio da Sanepar - solicitação no sentido de informar quando entrará em vigência a isenção das tarifas de água para famílias de baixa renda no Estado do Paraná.

O presente requerimento solicita ainda informações sobre os critérios que serão adotados para isentar das tarifas os contribuintes de baixa renda, quantas famílias serão efetivamente beneficiadas no Paraná e em Curitiba.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

O atual Governo do Estado do Paraná, demonstrando grande sensibilidade social, sustentou, durante a campanha que o elegeu, a firme disposição de enfrentar o problema do acesso à água encanada, este bem indispensável à vida e, por isso mesmo, considerado essencial.

Com visão social e de futuro, propôs isentar as famílias de baixa renda de nosso Estado das tarifas de água, percebeu que isso poderia aliviar os esforços crescentes de contração de despesas básicas, como as de alimentação, com reflexos positivos sobre a qualidade de vida de nossas famílias pobres.

Ocorre que a tão aguardada solução tarda em demasia e a população vem, ansiosa, indagando sobre as providências que as autoridades estão tomando para efetivar o prometido.

Nesse sentido, encaminho, respeitosamente a V. Exa. o pedido acima consignado.

#### REQUERIMENTO Nº 1569

Senhor Presidente:

REQUER ao Plenário, seja aprovada a realização de audiência pública, do Bloco Parlamentar Agropecuário desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná / ALEP, a ser realizada nas dependências do Memorial da Imigração Holandesa, na cidade de Castro, no próximo dia 19 de agosto, a partir das 15 horas, oportunidades em que serão debatidas e acolhidas as propostas para o desenvolvimento da suinocultura do centro-sul do Paraná.

Justifica-se esta audiência pública, considerando que naquela data encerrar-se-á o Seminário de Desenvolvimento da Suinocultura do Centro-Sul do Paraná, naquela cidade, evento este promovido pela Associação dos Suinocultores da Região Centro-Sul do Paraná-Sui-nosul, como apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Governo do Paraná, Emater-PR e outras entidades, dentre as quais o Bloco Parlamentar Agropecuário/ALEP.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) ELTON CARLOS WELTER

#### REQUERIMENTO Nº 1573

Senhor Presidente:

Nossa dependência política de São Paulo tem suas raízes na venda da Capitania de Paranaguá, fato histórico desconhecido da maioria dos paranaenses da atualidade, como é registrado pelos historiadores Jayme Antonio Cardoso e Cecília Maria Westphalen, na magistral obra "Atlas Histórico do Paraná".

"Por escritura de venda e quitação de 11 de setembro de 1711, o Marquês de Cascais vendeu a sua Capitania de Paranaguá à Coroa Portuguesa, pelo preço de 40 mil cruzados, mais 4 mil cruzados de luvas. Extinta assim a Capitania de Paranaguá, ela passa a integrar a Capitania de São Paulo, como a sua 2ª Comarca. Paranaguá torna-se a 2ª comarca de São Paulo.

Registra a História do Paraná que Paranaguá, primeira cidade do Paraná, foi deixando de ser o centro político do nosso território a partir da interiorização do povoamento.

"Por Alvará de 12 de março de 1812, a sede da Comarca foi transferida para a Vila de Curitiba, alegando-se a sua maior proximidade ao Registro das Tropas às margens do Iguaçu".

Por isso, em 1853 e 1854, Curitiba é escolhida para capital do Paraná.

Todavia, ao comemarmos os 150 anos da criação do Estado do Paraná não podemos esquecer que foi em

Paranaguá, na cidade-mãe do Paraná, que se deram os primeiros atos separatistas de São Paulo, quais sejam: o apelo da Câmara Municipal de Paranaguá de então, ao Príncipe Dom João, a 6 de julho de 1811, pedindo que se revertissem em favor da Comarca de Paranaguá as arrecadações fiscais, e a separação de São Paulo - o primeiro da História neste sentido!

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) RAFAEL GRECA

#### REQUERIMENTO Nº 1534

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Ilmo. Sr. diretor-presidente da Sanepar, Caio Júlio Cesar Brandão Pinto, solicitando as seguintes informações e documentos, com base no Decreto 253 de 29.01.2003:

- cópia da Ata nº 02 de Reunião Ordinária de Administração da Sanepar;

- relação de vencimentos mensais da diretoria, administradores e conselheiros (salários, benefícios e adicionais);

- qual o critério para definição dos vencimentos da diretoria, administradores e conselheiros e se existe teto legal para tais salários, ressaltando-se que os valores conhecidos são superiores à remuneração mensal do governador do Estado;

- se houver algum tipo de aumento de remuneração ou adicional somado aos vencimentos, concedido à diretoria, administradores e conselheiros, que não tenha sido repassado também aos demais funcionários da Companhia, e em caso afirmativo, qual a justificava para o fato;

- qual a justificativa para que tais vencimentos sejam superiores aos demais pagos a cargos equivalentes no governo do Estado.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 1557

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, vem REQUERER envio de expediente ao Exmo. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Sr. Orlando Pessuti, solicitando informações sobre o repasse de verbas da mesma à Prefeitura de Guaraqueçaba, como abaixo explicitado:

- a) Solicita que seja informado como se deu o repasse de verbas à Prefeitura de Guaraqueçaba nos anos de 2001 e 2002 a título de convênio para estímulo à pesca artesanal.

- b) Pede que seja elucidada a maneira como a Prefeitura presta contas das verbas repassadas pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento advindas do referido

convênio, se, à própria Secretaria ou diretamente ao Tribunal de Contas do Estado.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento, com base na atribuição constitucional de fiscalização do Poder Legislativo, visa esclarecer a forma de recepção de recursos e prestação de contas dos municípios ao Estado.

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 413/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo a determinar a doação de veículo Marca Kombi, placa AKH-4058, ano de fabricação 2002, chassi nº 9BWGDO7X72PO12514, cor branca, de propriedade do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, para a prefeitura municipal de Capitão Leônidas Marques.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal proposição pelo grande trabalho que a Prefeitura Municipal vem fazendo em frente à sociedade, uma vez que visa a possibilidade de dar continuidade aos trabalhos sociais desenvolvidos através do Departamento de Assistência Social daquele município.

Assim sendo, conclamamos aos eminentes pares a aprovarem o presente projeto de lei, tendo em vista os inúmeros benefícios que terá a comunidade de Capitão Leônidas Marques.

#### PROJETO DE LEI Nº 414/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a União Municipal de Estudantes do Ensino Fundamental, Básico, Médico, Pós-médico, Técnico e Profissionalizante de Ponta Grossa - Umesp, com sede e foro no município de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a União Municipal de Estudantes do

Ensino Fundamental, Básico, Médio, Pós-médio, Técnico e Profissionalizante de Ponta Grossa - Umesp com sede e foro no município de Ponta Grossa-PR, que é entidade sem fins lucrativos, com Declaração de Utilidade Pública Municipal reconhecida pela Lei nº 6.057 de 28 de outubro de 1998, e tem por objetivo primeiro a representação e defesa da classe estudantil que representa.

A aprovação do presente projeto permitirá à entidade requerer recursos oriundos dos poderes públicos, o que facilitará a execução de seus objetivos e para tanto, pedimos o apoio dos nobres pares desta Casa.

#### PROJETO DE LEI Nº 415/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Casa de Passagem Filhos de Deus, com sede e foro no município de Reserva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) JOCELITO CANTO

#### JUSTIFICATIVA:

O referido projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Casa de Passagem Filhos de Deus com sede e foro no município de Reserva-PR que é entidade assistencial sem fins lucrativos com Declaração de Utilidade Pública Municipal reconhecida pela Lei nº 005 de 23 de agosto de 2001, e abriga crianças de 0 a 12 anos incompletos - cujos direitos reconhecidos por lei tenham sido ameaçados ou violados - buscando assegurar o direito fundamental à convivência familiar através de retorno à família natural ou a inserção em família substituta.

A iniciativa se justifica tendo em vista os relevantes serviços prestados pela entidade à comunidade daquele município, conforme se pode verificar nas Atas e relatórios de atividades juntados ao projeto, bem como preenche todos os requisitos formais e legais conforme documentação em anexo.

A aprovação do presente projeto permitirá à entidade requerer recursos oriundos dos poderes públicos, o que facilitará a execução de seus objetivos e para tanto, pedimos o apoio dos nobres pares desta Casa.

#### PROJETO DE LEI Nº 416/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Barbosa localizada no município de Terra Rica.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

#### JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Barbosa localizada no município de Terra Rica.

A Associação, sem fins lucrativos, foi fundada em 12 de março de 1995, e realiza, com sucesso, trabalhos visando melhorar a qualidade de vida de seus associados.

Sendo sua finalidade congregar os moradores e amigos do bairro, realizando ações com vistas à defesa de seus direitos e deveres, estimulando o espírito de solidariedade entre os moradores e integrantes da Associação e representando os interesses gerais dos moradores perante as autoridades públicas, além de organizar trabalhos nas áreas da cultura, educação, saúde e lazer.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

#### PROJETO DE LEI Nº 417/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

##### Capítulo I

##### Das Definições

Art. 1º - para efeitos desta lei, considera-se:

I - "lixo domiciliar", aquele originado da vida diária das unidades familiares;

II - "lixo público", aquele originado dos serviços de limpeza das vias públicas, de limpeza dos córregos, canais e terrenos, restos de podas de árvores e limpezas de praças e logradouros públicos;

III - "lixo agrícola", aquele originado das atividades agrícolas e de pecuária, tais como: embalagens de adubos, embalagens de agrotóxicos e esterco animal;

IV - "lixo industrial", aquele originado das diferentes atividades industriais;

V - "resíduos de serviços de saúde", são aqueles produzidos por hospitais, clínicas médicas e veterinárias, laboratórios, farmácias, clínicas veterinárias e postos de saúde.

##### Capítulo II

##### Da Reciclagem do Lixo

Art. 2º - Ficam obrigados todos os municípios do Estado do Paraná a instituírem programas de reciclagem do lixo domiciliar, público, agrícola e industrial.

Art. 3º - Os programas de reciclagem deverão prever a forma de coleta do lixo, bem como local adequado para sua destinação e transformação.

§ 1º - São recicláveis os materiais compostos por plástico, madeira, vidro, fibras, borracha, metal e cerâmica.

§ 2º - Não são recicláveis os resíduos de serviços de saúde.

Art. 4º - Os resíduos de serviços de saúde serão coletados de forma especial, devendo ser recolhidos para aterros sanitários específicos e após incinerados.

Parágrafo Único - Os aterros sanitários destinados aos resíduos de serviços de saúde devem possuir valas sépticas e tratamento contínuo, impedindo a contaminação do solo e de mananciais.

### Capítulo III

#### Das Penalidades

Art. 5º - Os municípios que não cumprirem com a coleta obrigatória do lixo e sua reciclagem não poderão obter empréstimos do Estado do Paraná, exceto empréstimos para programas ligados às áreas de saúde e de educação.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

Segundo a Constituição Federal em seu artigo 24, I, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito urbanístico.

Diz ainda a Constituição Federal em seu artigo 225, que é dever do Poder Público estabelecer uma política eficiente de combate à degradação do meio ambiente, preservando-o para as gerações futuras.

Não existe no Estado do Paraná, política governamental voltada para o combate à degradação do meio ambiente através da coleta e reciclagem do lixo.

O lixo é um dos maiores problemas enfrentados na atualidade, porque expõe a sociedade à poluição e às doenças a ela inerentes, gerando ainda a degradação ambiental.

O recente episódio do vazamento de óleo da refinaria da Petrobrás situada no município de Araucária, deixou claro como o lixo não está tendo a devida atenção por parte dos governantes.

No episódio, onde todo o trabalho de contenção do óleo foi prejudicado em razão do lixo existente no Rio Iguaçu, o lixo simplesmente rompia todas as barreiras de contenção de óleo montadas pelos técnicos.

Assim, a coleta de lixo e sua reciclagem, são medidas imperativas ao Poder Público, sob pena de não cumprimento do dever constitucional de manter um meio ambiente equilibrado e preservado para as gerações futuras.

Está comprovado que a reciclagem de lixo preserva os recursos naturais, aumentando a geração de recursos e matéria-prima para novos produtos.

Além do aspecto ambiental, deve-se ressaltar que os programas centralizados de coleta de lixo e sua reciclagem trazem grande benefício à saúde pública, bem como são fontes geradoras de emprego.

Segundo a Constituição Estadual em seu artigo 207, § 1º inciso XI cabe ao Estado incentivar a solução de problemas comuns relativos ao meio ambiente e especialmente para a reciclagem de resíduos.

Dispõe ainda o artigo 210 da Constituição Estadual:

“Art. 210 - O Estado, juntamente com os municípios, instituirá, com a participação popular, programa de saneamento urbano e rural, como objetivo de promover a defesa preventiva da saúde pública, respeitada a capacidade de suporte do meio ambiente aos impactos causados.

Parágrafo Único - O programa será regulamentado mediante lei e orientado no sentido de garantir à população:

*omissis*

II - coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários e resíduos sólidos;

A Lei nº 6.938, de 31 de outubro de 1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente, impõe em seu artigo 14 a restrição de créditos aos municípios que não cumprirem, bem como, evitem a degradação do ambiente:

“Art. 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual ou municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à prevenção ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

*omissis*

III - à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;”

Esta restrição é medida constitucional, porque não afeta diretamente a receita de municípios, tendo em vista que não está havendo qualquer tipo de corte nas verbas municipais previstas constitucionalmente, apenas uma restrição ao acesso a novas linhas de crédito onde o Governo funcione como interveniente.

#### PROJETO DE LEI Nº 418/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o dia 26 de setembro de cada ano, como Dia Estadual dos Surdos.

Art. 2º - O executivo, por intermédio de seu órgão competente, promoverá atividades que contribuam para uma reflexão sobre a condição de vida do surdo, possibilitando-lhe maior inserção social e política.



Parágrafo Único - As atividades no *caput* deste artigo, deverão subsidiar a elaboração de políticas do governo que favoreçam o surdo.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A proposição se justifica pelo fato de que as pessoas portadoras de deficiência auditiva, têm tido uma participação cada vez mais efetiva na sociedade, inclusive no mercado de trabalho brasileiro, o que tem proporcionado a possibilidade significativa de interferência nas discussões internacionais sobre o tema.

Além disso, as pessoas surdas têm uma característica que as diferenciam das demais pessoas: a linguagem. Os surdos se utilizam da língua de sinais, sendo que especificamente no Brasil é adotada a Libras - Língua Brasileira de Sinais.

A Federação Mundial dos Surdos já celebra o Dia Internacional do Surdo no dia 30 de setembro. No Brasil sugere-se o dia 26 de setembro em virtude de esta data lembrar a inauguração da primeira escola para surdos no Brasil, em 1957, como o nome de Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), vinculado ao Ministério da Educação.

Compreendemos que desta forma a população portadora de deficiência auditiva, que segundo estimativas da Organização das Nações Unidas, em países de desenvolvimento do Brasil, constituem 10% do total da população, estará mais valorizada tendo um dia do ano dedicado à sua celebração.

PROJETO DE LEI Nº 419/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comercial e Industrial de Bela Vista do Paraíso, com sede e foro no município de Bela Vista do Paraíso, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comercial e Industrial de Bela Vista do Paraíso, fundada em 29 de março de 1962, é uma associação civil com personalidade jurídica sem fins lucrativos, tem como finalidade congregar, para defesa dos interesses comuns das empresas que exerçam atividades comercial e industrial, em todas as modalidades eco-

nômicas e financeiras; ser o órgão representativo das classes, perante os poderes público, autoridades nacionais e estrangeiras, outras congêneres e o público em geral; promover a expansão econômica do município e da região do Estado. Organizar e manter serviço de estatística sobre a produção do município; serviço de assistência jurídica de legislação fiscal e de estudos e pesquisas econômicas, para assistência dos associados e quaisquer outros serviços que apresentarem necessários a que se preste ao bom atendimento dos associados.

PROJETO DE LEI Nº 420/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Lions Clube Apucarana Vitória Régia, com sede e foro no município de Apucarana, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Lions Clube Apucarana Vitória Régia é uma entidade jurídica de direito privado, registrado como entidade filantrópica sem fins lucrativos perante a Secretaria da Receita Federal. Iniciou suas atividades em 05.11.95, com o propósito de criar e fomentar o espírito de compreensão entre os povos do mundo, promover os princípios de bom governo e boa cidadania, promover fóruns para a livre discussão dos assuntos de interesse público, incentivar os cidadãos abnegados a servirem suas comunidades, sem visar recompensa financeira; estimular a eficiência e promover elevado padrão de ética no comércio, indústria, profissões, serviços e empreendimentos.

PROJETO DE LEI Nº 421/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É assegurado ao servidor do Executivo e Legislativo e do Judiciário, das fundações, autarquias e empresas de economia mista, do Estado do Paraná, o recebimento mensal, em dinheiro, de pelo menos 50% de suas remuneração total bruta.

Parágrafo Único - O limite máximo de descontos autorizados ou compulsório, a qualquer título, em folha de pagamento, não poderá ultrapassar a 50% da remuneração bruta do servidor.

Art. 2º - Os Poderes Executivo e Legislativo e Judiciário regulamentarão a presente lei, prazo de 30 dias, de sua entrada em vigor, para seus respectivos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) BARBOSA NETO

**JUSTIFICATIVA:**

O servidor público tem sido uma das principais vítimas da agiotagem consentida pelas autoridades deste país. Milhares de servidores estão insolventes, enterrados até o pescoço com empréstimos bancários e de financeiras e outras dívidas que cobram juros exorbitantes, com taxas mensais que variam de 5 a 15%.

O fato de não terem tido reajuste que corrigissem a inflação nos últimos anos, agravou ainda mais a situação desses trabalhadores. A situação é grave e o Poder Público tem que tomar medidas para garantir a tranqüilidade e a paz de seus servidores. Muitos, inclusive, no final do mês, não recebem em dinheiro nem o mínimo necessário para atender suas necessidades básicas, como alimentação, vestuário, transporte e etc.

Este fato tem levado os servidores ao desespero, fazendo com que muitos tenham problemas de saúde, com a diminuição de sua capacidade laborativa, em prejuízo de toda a sociedade.

Pôr um fim nesta prática condenável dos bancos, financeiras, seguradoras e de outras instituições que exploram os servidores é objetivo deste projeto de lei.

Todos sabem como é fácil a estas “verdadeiras aves de rapina” conseguirem códigos de descontos em folha de pagamento, junto aos órgãos de recursos humanos, para depois manterem os servidores como reféns, escravos de dívidas que cada vez mais, constituem-se em verdadeiras bolas de neve que levam à destruição da honra, da dignidade, da auto estima do servidor público.

Queremos assegurar, no final do mês, que o servidor receba, pelo menos 50% do seu salário bruto em dinheiro, para que ele possa com isto levar uma vida digna, dar uma vida digna aos seus familiares.

Para isto, estabelecemos também no parágrafo único, do artigo 1º, que limite máximo de descontos autorizados ou não, a qualquer título, em folha de pagamento não poderá ultrapassar também o limite de 50% da remuneração bruta do servidor.

Os Poderes Executivo e Legislativo, regulamentarão, a lei, nos prazos de 30 dias, para os seus respectivos servidores. Entendemos, com isto, que estaremos preservando a autonomia dos poderes estaduais. Espero poder contar com a análise e sugestões dos nobres colegas desta Casa de Leis, para que possa ser aperfeiçoado o presente projeto e transformado numa lei que venha beneficiar os servidores estaduais, vítimas deste modelo especulativo e danoso que destrói o patrimônio humano das instituições públicas.

**PROJETO DE LEI Nº 422/2003**

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - A alínea “b” do artigo 14 da Lei 11.580 passa a ter a seguinte redação:

Art. 14 -...

I...

b) armas de fogo e munições, suas partes e acessórios classificados no Capítulo 93 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado NBM/SH, somente quando forem destinadas às Força Armadas, ao sistema penitenciário e aos órgão de segurança pública da União, Estados e Distrito Federal.

Art. 2º - Fica acrescido ao Art. 14 da Lei 11.580 o inciso VII com a seguinte redação:

Art. 14 -...

VII - Alíquota de 150% (cento e cinquenta por cento) para as operações com os seguintes bens:

a) armas de fogo e munições, suas partes e acessórios classificados no capítulo 93 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado NBM/SH.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, e produzirá seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2004.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(aa) BARBOSA NETO

RATINHO JÚNIOR

**JUSTIFICATIVA:**

A violência e criminalidade no Brasil não são novidade, mas os níveis estão cada vez mais alarmantes e no Estado do Paraná têm alcançado índices preocupantes, principalmente nas grandes cidades e na região metropolitana de Curitiba.

Os índices indicam que na maioria dos crimes cometidos com armas de fogo, as armas foram legalmente adquiridas e repassadas a terceiros para tal finalidade. Assim, na medida que se reduz a aquisição se reduz também a circulação de armas e conseqüentemente as ações violentas e criminosas.

A máxima tão conhecida de que violência gera violência deve ser o norte do Poder Público para visualizar a questão da segurança. Isto pois, quanto maior a circulação de armas entre a população, maiores serão as chances de ocorrer situações danosas ao ser humano.

Ao Poder Público cabe o uso da força para garantir a segurança, e por isso é que se reservou às Forças Armadas e demais órgãos de segurança a alíquota já existente, o que permita a continuidade e a melhora dos serviços prestados à população.

Diante disso, no intuito de contribuir para a luta contra a violência e a criminalidade, o presente projeto de lei, com base no supremo interesse público, propõe o aumento da tributação para contribuir para a redução dos

índices de criminalidade atuais, e portanto merece de aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 423/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É vedado aos estabelecimentos comerciais a exigência de tempo mínimo de abertura de conta corrente para aceitação de cheques como forma de pagamento.

Art. 2º - O descumprimento do disposto no artigo anterior sujeitará o infrator, progressivamente, às seguintes penalidades:

I - pagamento de multa no valor de 10 (dez) salários mínimos, aplicando-se o dobro nos casos de reincidência;

II - advertência;

III - suspensão das atividades do estabelecimento comercial.

Art. 3º - O Procon/PR atuará como órgão fiscalizador para o cumprimento dos preceitos desta lei, aplicando as sanções e penalidades constantes do Código de Defesa do Consumidor e demais legislações pertinentes.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) VANDERLEI IENSEN

JUSTIFICATIVA:

A Lei Federal 8078 de 11 de setembro de 1990, em seu artigo 6º, inciso II, assegura como direitos básicos do consumidor a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações. Apesar desta garantia legal, vem se disseminando com grande rapidez entre fornecedores, principalmente nas verbas do varejo, a prática de se condicionar o recebimento de cheques ao termo de abertura da conta corrente. Vêem-se, inclusive com intrigante frequência, cartazes afixados nas proximidades dos caixas informando tal determinação.

Um estabelecimento que convencie utilizar-se do recebimento de cheques, não pode, de maneira seletiva, escolher a qual cliente facultará essa possibilidade, salvo nos casos de restrição cadastral. Além do Código de Defesa dos Direitos do Consumidor, esse condicionamento fere o disposto no artigo 5º da Constituição Federal que afirma em seu *caput* que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”.

A alegação por parte de alguns fornecedores de que uma conta recém-aberta dá indícios de que o cliente teve recentes problemas cadastrais é, no mínimo, ingênua e não justifica esta atitude discriminatória. Isso porque características da atual conjuntura econômica dão sustentação à afirmação de que o cenário é mais favorável ao

aumento do número de abertura de contas bancárias, do que se pode supor. Parte desse aumento deve-se ao acirramento da concorrência entre as instituições bancárias, as quais, ao oferecerem tipos de serviços e taxas tão dispares, tornam-se verdadeiros atrativos para que os clientes migrem entre elas. Outro fator que pode ser considerado, é a rotatividade nas relações de trabalho, o que também pode levar o cidadão a abrir contas em bancos diferentes sempre que ingressa em uma nova empresa.

A presente proposição, objetiva restabelecer a equidade nas relações de consumo, coibindo essa exigência pouco amistosa. Assim sendo, levo a matéria à apreciação dos nobres pares, conclamando o apoio de todos para a sua apreciação.

PROJETO DE LEI Nº 424/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída, no âmbito do Estado do Paraná, a Semana de Valorização da Vida do Trabalhador, a realizar-se, anualmente, no período de 21 a 28 de agosto, objetivando:

I - promover a cultura da prevenção da doença e acidente do trabalho;

II - lembrar e homenagear, anualmente, aqueles que perderam sua vida ou a saúde, nos locais de trabalho;

III - tornar o evento de elevada importância a cada ano, no chamamento da atenção do Estado, de sua meta de diminuir os acidentes de trabalho e doenças ocupacionais;

IV - promover culturalmente o valor da efetividade da implementação das normas de saúde e segurança do trabalho nos ambientes de trabalho estabelecidos no Estado;

V - conscientizar e inibir, empregadores e dirigentes de estabelecimentos públicos estaduais, de ações de desrespeito à saúde e à segurança no trabalho.

Art. 2º - Durante a Semana de Valorização da Vida do Trabalhador, aqueles que perderam a vida ou que tenham sofrido mutilações com perda de capacidade produtiva no trabalho, serão lembrados e homenageados em seus estabelecimentos empregadores de origem.

Parágrafo Único - Os empregadores deverão enviar esforços, para, sempre que possível, coincidir a Semana Interna de Prevenção de Acidente do Trabalho - Sipat, da sua empresa, quando nela o houver, com a Semana de Valorização da Vida do Trabalhador.

Art. 3º - Os estabelecimentos públicos ou privados na Semana de Valorização da Vida do Trabalhador, deverão incentivar e promover eventos e manifestações em âmbito interno e público, sobre o respeito às normas ocupacionais e da atenção às condições dos seus ambientes de trabalho salubres e seguros.

Art. 4º - O Poder Executivo publicará no Diário Oficial do Estado, quadro estatístico trimestral de acidentes de trabalho, de óbitos, mutilações e lesões, atendidos em seus estabelecimentos de saúde pública, principalmente dos pacientes que regularmente não são registrados em estatísticas oficiais tais como os: servidores públicos, cooperados, autônomos, trabalhadores informais e da agricultura.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) MAURO MORAES

#### JUSTIFICATIVA:

O meio ambiente de trabalho saudável se apresenta como fator essencial na realização do trabalho digno e que o empregado não se submeta a condições prejudiciais para sua integridade física, moral e psicológica.

Historicamente, onde exista um trabalhador, o meio ambiente de trabalho tem contado de proteção no ordenamento jurídico brasileiro. Iniciado pelas Constituições Brasileiras, a partir da Carta Imperial de 1824, aos presentes Direitos Sociais de Lei Magna de 1988 e amplamente referendado na legislação infra-constitucional.

Desse largo passo de proteção jurídica, o que se há perquirir é sobre a efetividade da implementação das normas protetivas e o número elevado de doenças e acidentes do trabalho, traduzidos por óbitos, aposentadorias precoces por mutilações, faltas ao trabalho, desempenho profissional prejudicado, perda de capacidade de trabalho por causa da doença e desemprego levando-o a pobreza, miserabilidade e até indigência profissional e social, estes todos aliados às perdas e custos econômicos, tanto da empresa, como da sociedade.

É de ser lembrado, que o Ministro de Trabalho e Emprego Jaques Wagner, foi vítima de acidente de trabalho em 1976 e, o nosso próprio presidente da República, Exmo. Sr. Luiz Inácio da Silva, teve o dedo decepado também em acidente de trabalho, e que, segundo a Organização Internacional do Trabalho - OIT, o Brasil gasta R\$25 milhões por ano, no tratamento e indenizações das vítimas de acidente de trabalho, fazendo-se asseverar, que é a prevenção no ambiente de trabalho a principal assertiva eficiente e eficaz de redução de acidentes e doenças ocupacionais.

Por tais razões aduzidas e de ver nosso Estado ser vitimado pelos óbitos, pelos incapacitados permanentes, e totalizando inúmeros acidentes de trabalho, em 2002, há de se entender a necessidade do nosso Estado instituir, se integrar e promover a Semana de Valorização da Vida do Trabalhador, que envolverá ação conjunta de governo e autoridades executivas, legislativas e judiciárias, entidades de classe, sindical, associações civis, empregadores e trabalhadores interagindo em prol da promoção da cultura da saúde e segurança no trabalho em nosso Estado.

#### PROJETO DE LEI Nº 425/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Nos casos de prisão em flagrante, fica vedada a permanência da vítima e do ofensor no mesmo recinto, devendo as Delegacias de Polícia dispor de salas separadas para tais fins.

Art. 2º - Fica acrescentado ao artigo 213 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, o inciso LXVII, com a seguinte redação:

“LXVII - deixar de atender ou proceder o atendimento de flagrante delito deixando transcorrer mais de 1 (uma) hora após ter sido contatado. Penalidade: suspensão de dois a dez dias.”

Art. 3º - Deverão os juízes e os delegados de plantão encarregados dos pedidos de *habeas corpus*, arbitramento de fiança, pedido de prisão preventiva, relaxamento de prisão, permanecerem nas dependências das respectivas repartições no período escalado para este mister, sob pena de responderem por falta grave, sem prejuízo das demais cominações legais.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná dispõe de competência para legislar sobre a matéria já que se trata da garantia da segurança da vítima em delegacias da Polícia Civil, que prestam atividades da esfera do Estado-Membro.

O artigo 25, parágrafo 1º, da Constituição Federal prescreve que “são reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição”. Trata-se da chamada “competência remanescente ou reservada” em que os Estados poderão legislar sobre todas as matérias que não estejam enumeradas para a União ou para os Municípios. Como explica o constitucionalista José Afonso da Silva, a competência reservada ou remanescente “compreende toda matéria não expressamente incluída numa enumeração, reputando-se sinônimas as expressões reservadas e remanescente com o significado de competência que sobra a uma entidade após a enumeração da competência de outra (artigo 25, parágrafo 1º: cabem aos Estados as competências não vedadas pela Constituição).”<sup>1</sup>

Da mesma forma, o mestre Alexandre de Moraes ensina que “os Estados-Membros poderão legislar sobre

1. SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 20 ed São Paulo: Malheiros, 2002. p. 478.

todas as matérias que não lhes estiverem vedadas implícita ou explicitamente.”<sup>1</sup>

Não há previsão constitucional de competência privativa da União para legislar sobre matéria relacionada à segurança nos locais de prestação de atividades públicas como delegacias da Polícia Civil. Tratando-se de função de titularidade estadual, é o Estado-Membro quem dispõe de competência para legislar sobre aspectos específicos que digam respeito à segurança na sua prestação. Tanto é assim que a União dispõe de competência exclusiva tão-somente quando se trata da organização e funcionamento dos serviços da polícia civil do Distrito Federal como prescreve o artigo 21, inciso XIV, da Constituição Federal: “Compete à União: XIV - organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio”. Titulariza, ainda, competência legislativa privativa quando se trata de “competência da polícia federal e das polícias rodoviárias e ferroviárias federais”, conforme preceitua o artigo 21, inciso XXII. Logo não é o caso de matéria afeta à polícia civil dos Estados-Membros.

No aspecto material, o projeto de lei vai de encontro à implementação de um dos princípios que disciplinam a prestação de toda atividade estatal - a sua adequação às necessidades dos seus utentes. Acentua Celso Antônio Bandeira de Mello, que a “adaptabilidade” - ou seja, a atualização e modernização dos serviços públicos dentro das possibilidades econômicas do Poder Público - constitui-se num dos princípios informadores do regime jurídico do serviço público.<sup>2</sup>

Como acentua Adilson de Abreu Dallari, “a primeira nota do serviço público é o seu caráter de responder a uma necessidade essencial da população”<sup>3</sup>. Como o serviço público é destinado a todos, a generalidade - universalidade na oferta do serviço - é uma característica que não pode dele ser afastada. Pois, como salienta, o jurista Marçal Justen Filho, “se o serviço não se destina a ser ofertado a um número indeterminado de usuários, sequer se caracteriza como público.”<sup>4</sup> Daí a necessidade premente de garantir a segurança dos indivíduos que dele dependem, notadamente, da vítima diante de seu agressor.

Constituindo-se a segurança direito fundamental insculpido no artigo 5º - *caput*, da nossa Carta Magna, o presente projeto de lei pretende dar um passo na tarefa de

efetivá-lo na órbita das delegacias de polícia, protegendo e evitando o constrangimento da vítima perante seu agressor.

PROJETO DE LEI Nº 426/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Terá direito à percepção do seguro-reemprego, exceto os que cometeram crimes hediondos, os ex-detentos, que cumprirem pena definitiva ou aqueles postos em liberdade por meio de benefícios legais, desde que comprovem estar matriculados e cursando escolas profissionalizantes, durante o período que vigir o benefício, devendo esses comprovarem:

- a) Residência fixa;
- b) Certidão de matrícula em curso profissionalizante fornecida por escola pública.

Art. 2º - Os ex-detentos receberão 06 (seis) parcelas iguais no valor correspondente ao salário mínimo vigente, sendo contados 30 (trinta) dias da data do ingresso do pedido junto ao departamento competente, com o respectivo comprovante no curso profissionalizante e certidão fornecida pela autoridade competente de que o apenado está sendo posto em liberdade no trintídio que antecede à soltura.

Art. 3º - Os recursos para gerir esse benefício poderão advir mediante convênio do Estado do Paraná ou Governo Federal junto ao FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

Art. 4º - O projeto será gerido pela Secretaria Estadual de Justiça, que editará as normas complementares para a percepção do benefício.

Parágrafo Único - Com os recursos oriundos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) deverá a Secretaria Estadual de Justiça promover cursos de capacitação técnica para os ex-detentos ou em liberdade por benefícios legais.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Nobres deputados, este projeto encampa o espírito da Lei do Seguro Desemprego no sentido de auxiliar aos ex-apanados que cumpriam pena em regime fechado ou semi-fechado (colônia agrícola e afins) na busca de recolocação no mercado de trabalho, fornecendo-se a assistência temporária e evitando-se, destarte, a reincidência.

As estatísticas demonstram que a maior dificuldade que egressos do regime fechado têm para conseguirem emprego é o longo período afastado das lides obreiras e a ficha maculada pela condenação.

O patronato penitenciário de Londrina/PR, em recente levantamento realizado junto aos cerca de 400 ex-

1. MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 299.

2. BANDEIRA DE MELLO, op. cit., p. 601.

3. DALLARI, Adilson de Abreu. Transporte coletivo: concessão de serviço público: impossibilidade de prorrogação. Revista de Direito Público, n. 88, out/dez. 1998, p.79.

4. JUSTEN FILHO, Marçal. Concessões de serviços públicos. São Paulo: Dialética, 1997. p. 127.

presidiários atendidos pelo órgão em abril, aponta que entre os 218 egressos que cumpriram pena em presídios apenas 23,61% estão empregados.

Os desempregados estão em 55,56% e 26,86% exercem atividades informais, já como alternativas à falta de emprego com carteira assinada. Esse fato se dá, uma vez que após longo período de cumprimento de pena, num mercado de trabalho cada vez mais congestionado, os ex-detentos ainda marcados por preconceitos, a falta de qualificação dos mesmos e a desconfiança dos empregadores que agravam essa situação.

Soma-se a isso, a baixa escolaridade. Desse levantamento constatou-se que 83,33% não chegam a concluir o 2º grau.

O sistema prisional vem se esforçando para atenuar o problema. Atualmente, a cada 3 (três) dias de estudo ou de trabalho na prisão, 1 (um) dia de pena é remido.

Certamente, com uma escolaridade mais aprimorada, o pagamento de um seguro até o reemprego e uma capacitação técnica mais esmerada facilitará o reingresso dos ex-detentos à sociedade obreira.

Alardeia-a ainda, que 80% dos egressos, em todo o Brasil, do sistema penitenciário voltam a cometer crimes - certamente pela falta de emprego.

As estatísticas revelam que a demora na recolocação no mercado de trabalho e as dificuldades financeiras é que estimulam a reincidência.

Creio que a medida proposta ajudará a minimizar a reincidência e conseqüentemente diminuirá a criminalidade. É preciso também que se invista no sistema prisional, sepultando-se a atual fábrica de delinquentes que funciona dentro destes estabelecimentos.

A mesma sentença que pune o delinquente também pune a família que cai na mesma miséria do apenado. Ao mandar para a prisão o chefe de família a mãe cai em penúria e os filhos em abandono, e muitas vezes a família à vagabundagem e a mendicância fazendo com que a delinqüência ameace a aumentar.

Com essa proposta de lei empresto a minha contribuição à minimização da delinqüência e, a uma vida mais justa e humana aos apenados e aos seus familiares.

#### PROJETO DE LEI Nº 427/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Os escritórios de Assistência Judiciária Gratuita mantidos pelos Cursos de Direito das Universidades Públicas Estaduais deverão manter plantões para atendimento de casos de prisão em flagrante.

Parágrafo Único - Os atendimentos serão realizados pelos acadêmicos do curso de Direito que estejam frequentando o estágio curricular obrigatório, supervisionados por advogado ou professor integrante do quadro funcional da Universidade.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Educação manterá cadastro dos escritórios, devendo informar à Secretaria de Segurança Pública sobre as localidades atendidas.

Art. 3º - A Secretaria de Segurança Pública comunicará os delegados de Polícia lotados nas localidades referidas no artigo anterior para que, nos casos de manifesta hipossuficiência econômica do preso e, na ausência de defensor constituído, sejam imediatamente comunicados os plantões dos escritórios tratados nesta lei.

Art. 4º - Somente serão atendidos presos que se enquadrarem nos padrões legais de carência econômica.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) RAFAEL GREGA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa a utilização da estrutura dos cursos de Direito das Universidades Públicas Estaduais e de seus alunos, com fim de fornecer assistência jurídica gratuita aos cidadãos presos em flagrante, que não dispõem de condições financeiras para financiar suas defesas. Tal assistência, fundamenta-se no artigo 5º, LXXIV, da Lei Maior, que dispõe que “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

A repartição constitucional de competências legislativas constitui característica indissociável da forma federativa de Estado adotada no Brasil. Salienta o constitucionalista Luis Roberto Barroso que “União, Estados e Municípios têm suas atribuições demarcadas pela Constituição Federal e estabelecem entre si relações que não têm a marca da hierarquia, mas a do desempenho por legitimação própria das funções constitucionalmente assinaladas.”<sup>1</sup>

Ainda sobre repartição de competência ensina José Afonso da Silva dizendo que

“a nossa Constituição adota sistema complexo que busca realizar o equilíbrio federativo, por meio de uma repartição de competências que se fundamenta na técnica de enumeração dos poderes da União (artigos 21 e 22), com poderes remanescentes para os Estados (artigo 25, parágrafo 1º), e poderes indicativamente para os municípios (art. 30), mas, combina, com essa reserva de campos específicos (nem sempre exclusivos, mas apenas privativos), possibilidades de delegação (artigo 22, parágrafo único), áreas comuns em que se prevêm atuações paralelas da União, Estado, Distrito Federal e Municípios (artigo 23) e setores concorrentes

---

1. BARROSO, Luis Roberto. A derrota da federação: o colapso financeiro dos Estados e municípios. In: Temas de direito constitucional. P; p. 142, Renovar, 2001.

entre União e Estados em que a competência para estabelecer políticas gerais, diretrizes gerais cabe à União, enquanto se defere aos Estados e até mesmo aos municípios competência suplementar”<sup>1</sup>

É competência dos Estados legislar sobre normas específicas do seu sistema educacional, devendo simplesmente observar-se as normas gerais estabelecidas em lei federal. O estabelecimento de um sistema de Assistência Jurídica Gratuita, prestada por estudantes e professores de universidades estaduais, é de competência legislativa estadual, segundo o artigo 211, da Constituição Federal. É nesse sentido também que versam os artigos 22, XXIV e 24, IX e parágrafo 2º, determinando que a competência privativa da União está adstrita à fixação de diretrizes e bases da educação nacional e, por conseguinte, conferindo aos Estados competência legislativa concorrente para organizar sua estrutura educacional de forma a atender suas necessidades específicas. Além disso, o artigo 24, XIII, da Carta Magna, determina ser competência dos Estados legislar sobre a matéria de assistência jurídica.

Materialmente, esse projeto de lei tem como fim oferecer aos cidadãos a defesa legal que lhes é assegurada constitucionalmente, frente ao grande número de prisões em flagrante realizadas no Estado. É dever do Estado prestar, aqueles com condições econômicas insuficientes, assistência jurídica gratuita. É alicerce fundamental de um estado democrático de Direito que todos tenham direito à ampla defesa.

No entanto, o presente feito não tem somente esse objetivo. Num segundo plano, ao implementar plantões de prestação de assistência judiciária junto aos Cursos de Direito das Universidades Públicas, visa oferecer aos graduandos a possibilidade de vivenciar, de forma prática, o que têm aprendido em sala de aula.

Ademais, a prestação de assistência jurídica gratuita oferece aos referidos estudantes, beneficiários do ensino público, a oportunidade de retribuir à sociedade o investimento efetivado em suas vidas.

Importante salientar, que o estabelecimento de plantões onde estudantes de Direito prestem assistência jurídica em caso de prisão em flagrante, não fere o Estatuto da Ordem dos Advogados, visto que qualquer um do povo pode utilizar-se do remédio constitucional do *habeas corpus*, não sendo a impetração do mesmo prerrogativa da função de advogado.

Assim, o presente projeto de lei visa cumprir com o dever do Estado elencado na Constituição Federal - ou seja, a obrigação de prestar assistência jurídica gratuita aos hipossuficientes economicamente - bem como a adequada utilização do ensino público, com fim de beneficiar não só seus alunos mas a sociedade.

1. DA SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo, p. 413, 7ª ed. Revista dos Tribunais. 1991.

PROJETO DE LEI Nº 428/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As armas de fogo apreendidas como meio ou produto da prática de crime ou de ilícito fiscal serão incorporadas ao patrimônio público estadual.

Parágrafo Único - A apropriação pública ocorrerá após o trânsito em julgado da decisão condenatória ou antes deste, a critério do juízo competente, que decidirá, ex officio ou a pedido do Estado do Paraná, nos casos em que tal ato não acarrete prejuízos para a instrução processual.

Art. 2º - A Secretaria de Segurança Pública, a seu critério, destinará as armas apreendidas ao uso exclusivo pelas polícias militar e civil.

Art. 3º - O mesmo procedimento será estendido a outros bens que, enquadrados na situação prevista no artigo 1º, mostrem-se úteis ao patrimônio público estadual.

Art. 4º - O Estado do Paraná buscará manter convênio com a União, buscando adotar as providências previstas nesta lei em relação aos bens apreendidos pela Receita Federal ou pelos efetivos policiais da União.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente projeto de lei aparelhar o programa violência zero, impondo o perdimento de armas de fogo e de outros bens definidos como meio ou produto de crime, em favor do patrimônio público estadual.

O artigo 25, parágrafo 1º, da Constituição Federal prescreve que “são reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição”. Trata-se da chamada “competência remanescente ou reservada” em que os Estados poderão legislar sobre todas as matérias que não estejam enumeradas para a União ou para os municípios. Como explica o constitucionalista José Afonso da Silva, a competência reservada ou remanescente “compreende toda matéria não expressamente incluída numa enumeração, reputando-se sinônimas as expressões reservadas e remanescente com o significado de competência que sobra a uma entidade após a enumeração da competência de outra (artigo 25, parágrafo 1º: cabem aos Estados as competências não vedadas pela Constituição).”<sup>2</sup> Da mesma forma, o mestre

2. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo, 20 ed. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 478

Alexandre de Moraes ensina que “os Estados-Membros poderão legislar sobre todas as matérias que não lhes estiverem vedadas implícita ou explicitamente.”<sup>1</sup>

Não há previsão constitucional de competência privativa da União para legislar sobre matéria relacionada à atuação do Poder Judiciário estadual.<sup>2</sup> Tratando-se de serviço público de titularidade estadual, é o Estado-Membro quem dispõe de competência para legislar sobre aspectos específicos que digam respeito à sua prestação.

No aspecto, material o projeto de lei vai de encontro à implementação de um dos princípios que disciplinam a prestação dos serviços públicos - a sua adequação às necessidades dos usuários. Acentua Celso Antônio Bandeira de Mello, que a “adaptabilidade” - ou seja, a atualização e modernização dos serviços públicos dentro das possibilidades econômicas do Poder Público - constitui-se num dos princípios informadores do regime jurídico do serviço público,<sup>3</sup> mormente em hipótese que tais, cuja tônica se encontra na desmotivação patrimonial da prática do crime.

Como acentua Adilson de Abreu Dallari, “a primeira nota do serviço público é o seu caráter de responder a uma necessidade essencial da população”<sup>4</sup>. Como o serviço público é destinado a todos, a generalidade - universalidade na oferta do serviço - é uma característica que não pode dele ser afastada. Pois, como salienta, o jurista Marçal Justen Filho, “se o serviço não se destina a ser ofertado a um número indeterminado de usuários, sequer se caracteriza como público.”<sup>5</sup> Daí a necessidade premente de garantir a segurança dos usuários, reconhecida expressamente em diplomas legislativos como o artigo 6º, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8987/95 que define o serviço público adequado como “o que satisfaz às condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua pres-

tação e modicidade das tarifas”. Da mesma forma, o artigo 22, *caput*, do Código de Defesa do Consumidor dispõe que “os órgãos públicos, por si ou por suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes e seguros, e quanto aos essenciais, contínuos.”

Sendo a segurança direito fundamental insculpido no artigo 5º, *caput*, da nossa Carta Magna, o presente projeto de lei pretende dar um passo definitivo na tarefa de efetivá-lo na órbita dos serviços públicos estaduais, aparelhando as polícias civil e militar e, de outro lado, desincentivando patrimonialmente a prática de crime.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente e também usando o horário da Liderança e do Grande Expediente, com a palavra o deputado Valdir Rossoni.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Talvez eu não use todo o tempo que me foi concedido, devido a falta de voz que estou acometido.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, eu gostaria de ter aqui a atenção do presidente da CPI do Banestado, o ilustre deputado Neivo Beraldin, a quem tenho grande apreço e respeito pelo seu trabalho e sua longa vida parlamentar. Gostaria de ter a atenção também, se possível, do ilustre parlamentar representante de União da Vitória, deputado Pedro Ivo, porque as palavras que vou proferir aqui referem-se a V. Exa. e é importante que V. Exa. ouça-as, e se possível nos dê uma resposta.

Senhor presidente da CPI, senhores parlamentares, um jornal em União da Vitória denominado Contestado, nos últimos dias - é importante - escreveu uma nota, onde diz que o deputado Pedro Ivo tem em mãos, uma lista de onze mil pessoas que fizeram uso da CC-5. Esse jornal semanário diz que um político local está envolvido com a CC-5 e que vai estourar um grande escândalo, em União da Vitória. Quero dizer aos senhores que esse jornal vem fazendo críticas ao deputado Rossoni, costumeiramente. Quando ele se refere a uma questão tão grave quanto esta, senhor presidente da CPI, e se reporta a um deputado, a um político, e diz que um deputado tem essas informações, não posso ficar calado mediante as insinuações, que estão sendo feitas em União da Vitória, região na qual eu, também junto com o deputado Pedro Ivo, represento. O jornal de União da Vitória alega que o deputado Pedro Ivo não pode mostrar a lista, porque ele tem um suposto contrato ou um acordo, algo nesse sentido.

Quero dizer ao presidente da CPI e ao deputado Pedro Ivo, que se o meu nome estiver nessa lista, desde que toda a responsabilidade sobre a divulgação dessa lista recaia a quem divulgar, está autorizado a divulgar.

1. MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 299.

2. Comentando o art. 21, inciso XII, letra e, da Constituição Federal, que atribui à União competência exclusiva para explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, ensina Celso Antônio Bandeira de Mello, renomado administrativista, que “simetricamente, o transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros é serviço público estadual e o transporte municipal é da alçada do município”, conforme previsão no artigo 30, V, da Constituição Federal. BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2001. p. 607.

3. BANDEIRA DE MELLO, op. cit., p. 601.

4. DALLARI, Adilson de Abreu. Transporte coletivo: concessão de serviço público: impossibilidade de programação. Revista de Direito Público, São Paulo, n. 88, out./dez. 1998, p. 79.

5. JUSTEN FILHO, Marçal. Concessões de serviços públicos. São Paulo: Dialética, 1997. p. 127.



Segundo, se numa eventualidade, quero dizer aos senhores, a lista foi forjada e se o meu nome estiver lá, eu quero dizer aos senhores parlamentares - se eu estiver envolvido na questão do CC-5 - eu estou deixando aqui de público, que encerro a minha carreira política, porque eu não agüento mais a mesquinhez de estarem pré-julgando pessoas, jogando a honra de homens no lixo, em cima de insinuações.

Tenho certeza, deputado Neivo Beraldin, que V. Exa. não concorda que se insinue em cima de um homem público, porque V. Exa. sabe aquela história que, depois que você esparrama a pena, para reuni-la novamente não é fácil.

#### **O Sr. Neivo Beraldin**

V. Exa. concede-me um aparte?

**(Assentimento)**

Deputado Valdir Rossoni, eu quero dizer a V. Exa. que o juiz Sérgio Moro, da 2ª Vara Criminal Federal determinou que a CPI recebesse as contas de 96 a 99 do Banestado.

Portanto, toda a remessa é de forma on-line que chega ao Banco Central. Mas, que eu saiba nunca foi aberto por ninguém, ainda de nossa parte, pelo menos da Presidência, esse CD, por falta de tempo, absolutamente. Mas, na condição de presidente da CPI e atendendo determinação do sigilo determinado pelo juiz, eu remeti, como não podia deixar de fazê-lo, uma cópia para cada membro da CPI e cada membro assinou um termo de responsabilidade de sigilo dos nomes, da revelação do conteúdo do CD.

Então, eu acho que, na verdade, não passa de uma especulação, que evidentemente não deve ser levada a sério, porque não deixa de ser uma especulação.

Então, não há de parte da CPI revelação de qualquer nome e tampouco na condição de presidente, nem mesmo a minha equipe teve ainda tempo de manusear esse CD. Então, na verdade, na minha modesta opinião, não passa de mera especulação. Evidentemente que eu acho que V. Exa. também não deve levar isto como se fosse uma especulação, porque é coisa que acontece no dia-a-dia e nós lamentamos e temos certeza que o deputado Pedro Ivo não faria esta revelação porque ele também recebeu o CD esta semana e com certeza não teve tempo de manusear as informações, enfim, e além do mais para ter a leitura desse CD é um assunto bastante complexo, tendo em vista que não é fácil assim chegar lá e captar esta ou aquela informação.

Então, ninguém tem autorização de tornar público qualquer informação de nome que esteja contida nesse CD, determinado pela Justiça.

#### **O SR. VALDIR ROSSONI**

Deputado Neivo, mas eu quero autorizar V. Exa. e aí a Justiça não pode me impedir, se por uma eventualidade o meu nome estiver nessa lista, que seja divulgada à imprensa paranaense.

Eu não estou dizendo que o deputado Pedro Ivo falou. Estou dizendo que o jornal usou o nome do deputado Pedro Ivo e disse que tem uma pessoa importante da política de União da Vitória envolvida nessa questão.

Então, cabe ao deputado Pedro Ivo, se ele tem conhecimento desta questão, que venha a público autorizado por este parlamentar para divulgar o meu nome.

Deputado Neivo, quem cala consente. Eu voltei no mês de agosto para não consentir mais agressões à minha vida pública, à minha honra, que, se Deus quiser e eu continuar firme, vou levar para o caixão. Não vão ser insinuações maldosas que vão destruir uma carreira política de 20 anos, que nasceu numa cidade pequena do Paraná com 1100 votos, quando eu me elegi prefeito. E hoje, com 110 mil votos, represento 110 mil paranaenses. Quando há insinuações, deputado Neivo, se você se calar, você está consentindo. Quero dizer que eu assisti a dois episódios nesta Casa, que me marcaram. E talvez, por falta de coragem nossa, nós não tenhamos nos levantado e repudiado aquela atitude.

Lembro-me da CPI do Narcotráfico de duas situações que ocorreram naquela CPI com a presença dos deputados federais. Num determinado momento um daqueles marginais encapuzados, nós sentados um do lado do outro e de repente um marginal diz que um dos traficantes do Paraná, ou que traficava, era o deputado Neivo Beraldin. Nós quase morremos ali. Veja que injustiça que cometeram com V. Exa. Se V. Exa. tivesse ficado calado, ia se tornar verdade, V. Exa. se sobressaiu, se reelegeu, e mostrou ao Paraná que a voz daquele marginal não era verdadeira.

Agora, meus amigos, se um jornal escrever o meu nome, insinuando qualquer coisa contra qualquer pessoa ou contra qualquer deputado, eu venho a público e me pronuncio; se é verdade, digo sim, se não são verdadeiras as afirmações, chamo a atenção daquele órgão de imprensa, que a honra e a vida pública de um homem não pode acontecer como aconteceu.

#### **O SR. NEIVO BERLALDIN**

Deputado Valdir Rossoni, naquele episódio lamentável, que na verdade não passou de uma maneira de desviar o foco das atenções, tendo em vista que o devido marginal foi ouvido novamente no Ahu e ele deu um novo depoimento dizendo que tinha cometido uma injustiça, retratou-se. Além do que, para manter este assunto, nesse mesmo episódio fui a um laboratório e fiz um exame, que comprova que no mínimo nos últimos dois anos eu não tinha feito uso de nenhuma droga.

Então, veja que injustiça esse caboclo cometeu. Agora, depois de ter feito aquele suposto estrago, ele retratou. Mas V. Exa. lembra hoje e todos podem lembrar, até mesmo aquele advogado que esteve aqui dando um show, procurou lembrar esse assunto de uma maneira para desmerecer o nosso trabalho parlamentar.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

De forma nenhuma.

Deputado Neivo, estou dizendo a V. Exa. que estou aqui me reportando a um episódio e vou falar de outro, porque se V. Exa. permanecesse calado certamente aquilo se tornaria verdade. Então, V. Exa. se levantou e fez com que a verdade permanecesse. Por isso que estou vindo a público e falando isso, porque eu não posso admitir isso ocorrendo com a minha pessoa. E é claro que se estou fazendo isso, é somado a outros episódios, porque me cansei de ouvir, ouvir, ouvir e permanecer calado.

Quero lembrar aqui o segundo episódio que foi um absurdo que aconteceu nesta casa e talvez eu, como líder do ex-governo, na época, não tenha sido justo com o Dr. Cândido Martins de Oliveira. O Dr. Cândido Martins de Oliveira foi convocado pela CPI, quase foi preso ali na CPI, só veio sob negociação de que ele não seria preso. Pasmem os senhores, alguns anos depois encontro o Dr. Cândido Martins de Oliveira nos corredores, abatido, praticamente chorando, dizendo que o Ministério Público não o tinha denunciado, porque não tinha encontrado nada contra sua pessoa.

Quem está falando aqui não é o deputado Rossoni. Quem está falando aqui é um homem que está sendo agredido, que estão mexendo com sua honra e tenho certeza absoluta que nenhum parlamentar aqui concorda e não estou colocando a culpa no deputado Pedro Ivo, mas é preciso que o deputado Pedro Ivo - é a segunda vez, se ele tem essa lista, quero deixar autorizado, que V. Exa. divulgue o meu nome, porque aí, talvez, a região vai ficar só para que V. Exa. faça política. Tenho certeza absoluta da minha honra, das minhas atitudes, tenho certeza absoluta do homem que sou.

Hoje, para os senhores terem uma idéia, os meus caminhões que saem da minha empresa são parados na rodovia - carregados de mercadorias para a Europa onde gero divisas para este país - para que a fiscalização estadual venha fiscalizar. Os únicos caminhões que são paralisados, em determinados momentos.

Sou um homem que gera, hoje, em torno de 300 empregos. Poderia dizer 500 empregos indiretos porque tenho muito serviço terceirizado. Quer dizer, um homem que gera riqueza, que gera emprego é o que mais o Brasil precisa. um exportador como eu, eu negocio todo dia dólar. Recebo a mercadoria que vendo em dólar. A minha atividade é 100% exportação. Agora, não tem mais como suportar este tipo de acusação e eu permanecer calado, se não isso vai se tornar em verdade. Não quero ser indelicado, não quero ser inconveniente, mas não quero ser conivente quando as pessoas estão mexendo com minha honra.

Concedo o aparte ao deputado Mário Braddock.

**O SR. DELEGADO BRADDOCK**

Deputado Rossoni, quero dizer-lhe que sou relator da CPI, e em tempo algum deve-se preocupar com as contas CC-5. Elas eram um meio legítimo que os brasilei-

ros tinham de enviar dinheiro lá fora, para o exterior, desde que fosse registrado, desde que estivesse declarado não há crime nenhum nisso. Segundo, temos por prioridade primeira, zelar pelo bom nome da nossa Casa. seja qual for o deputado que estivesse - não estou dizendo aqui que esteja - relacionado, jamais sairia de dentro da CPI do Banestado. Não suportaríamos isso e não deixaríamos que isso fosse levado a público antes de consultar o deputado e verificar, exatamente, o que aconteceu.

Então, se alguma notícia saiu no jornal de União da Vitória, naquela região, V. Exa. realmente tem que pesquisar e verificar, senão, há uma grande maldade contra V. Exa.. Se for assim, o senhor deve processar o jornal por isso aí. Por enquanto não há nada contra ninguém. Nós não estamos aqui condenando ninguém.

Gostaria de solidarizar-me com V. Exa., neste aspecto. Obrigado!

**O SR. PEDRO IVO ILKIV**

Gostaria de esclarecer o seguinte: nunca conversei, nem conheço quem é esse pessoal do Trovão Azul. Colocou o meu nome, dizendo que eu teria uma lista de pessoas que têm conta no exterior e colocou, na primeira versão que me contaram, que eu havia denunciado essa pessoa. Eu, lendo o jornal, que ele me criticava, inclusive porque eu estava escondendo e não divulgava como ter uma informação privilegiada e não divulgar isso para a imprensa. Liguei para essa pessoa inclusive, falei aqui de público, que jamais mencionei nome de ninguém. E, na questão do jornal Contestado, de União da Vitória, o pessoal ficou sabendo que todos nós deputados recebemos a listagem e me perguntaram se tinha nomes de políticos da região. O que eu coloquei que está sob sigilo, que nós não iríamos divulgar nome nenhum até que seja levado a cabo a investigação e que a Justiça possa permitir que seja divulgado, que não iria divulgar em hipótese nenhuma.

Agora, queria colocar a V. Exa., deputado Rossoni, que lá na Festa da Uva, que o senhor me contestou logo após a minha falação, que eu falava mal em todos os cantos do Paraná da sua pessoa, quero dizer que não pode atribuir a mim, como única e exclusiva oposição que o senhor tem no Estado do Paraná, porque, nós que somos políticos, temos oposições. O senhor atribuiu a mim que todas as vaías que houveram no dia da sua diplomação, que eu havia trazido vários ônibus de União da Vitória. Nós tínhamos uma Van, que veio para esse encontro.

Então, que essas críticas não fiquem em cima do meu nome, porque a Oposição sua existe em outros lugares, como eu tenho oposição, mas não pode ser atribuído ao deputado Pedro Ivo, porque não é do meu caráter, da minha personalidade.

Estive agora visitando em torno de oito comunidades da região de Cruz Machado, conversei com mais de oitocentas pessoas. Se você achar uma pessoa que dissesse: olha, o Pedro Ivo falou do deputado Valdir Rossoni. Evitei de falar do deputado Rossoni. Nem toquei no assunto. Teve vereadores da Prefeitura de Cruz Machado,

o senhor me informe se alguém falou lá nos bastidores da sua pessoa. Muito menos num jornal, meio de comunicação. Seria uma irresponsabilidade, seria leviano publicar nomes ou insinuar o nome da sua pessoa nas contas CC-5 ou qualquer esquema dentro do Banestado.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Deputado Pedro Ivo, V. Exa. desviou para a posse da vaia e quero dizer que não atribui a V. Exa.: eu estou acostumado com vaia. Estou tão acostumado, que vaia não me faz mais diferença.

Quanto à questão de fazer críticas à minha atividade política, é claro que V. Exa. discorda e tem todo o direito de fazer as suas críticas, e eu tenho o direito de fazer a minha defesa.

V. Exa. desviou o assunto, V. Exa. não disse aqui se deu a informação ao jornal de União da Vitória, e se o jornal de União da Vitória está usando o seu nome indevidamente.

#### O SR. PEDRO IVO ILKIV

Em hipótese nenhuma passei nome de ninguém e nem insinuei! O senhor processe o jornal e tome as devidas providências!

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Eu vou processar o jornal.

E era isso que eu queria de V. Exa., porque vou processar o jornal e fazer uso das suas palavras, porque agora estamos restabelecendo a verdade em público. E isso é importante. O jornal vai ser responsabilizado. V. Exa. agora, eu tendo o conhecimento disso e não estou duvidando da sua palavra. Agora, não poderia deixar que um membro da CPI, um jornal usasse o seu nome indevidamente e não me pronunciasse.

Como isso foi feito publicamente, tenho que fazer publicamente, porque senão, parece que estou com medo da CPI do Banestado.

Quero dizer que infelizmente, não usei a CC-5. Nem legal e muito menos ilegalmente. Nem legalmente, porque também a CC-5 existe legalidade. Se você provar a origem do dinheiro, ele é legal. Então, não quero deixar dúvidas: se por uma eventualidade meu nome estiver no CC-5, pode divulgar, quero fazer questão. Agora, não posso mais me calar em cima desta determinada situação.

Concedo aparte à deputada Arlete Caramês.

#### A Sra. Arlete Caramês

Deputado Rossoni, queria esclarecer não só ao senhor, mas a Assembléia, que o deputado que Pedro Ivo fala, sou eu. Eu realmente tinha conta CC-5. Fui indenizada, fui mandada embora do Badep no governo Álvaro Dias, em 87. Entrei com uma ação e recebi uma indenização, e com este dinheiro, comprei dólar e coloquei no CC-5, como muitos funcionários colocaram. E também saí no mesmo jornal, no Trovão Azul, insinuando daonde

eu teria esse dinheiro. Eu provo a fonte, se alguém precisar que eu prove. É isto.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Era isso o que eu estava falando, deputada. Pode até ter parlamentares, aqui, que tenham contas através da CC-5 e que comprovem a origem. Não existe nenhuma ilegalidade. Agora, eu não tenho nenhuma conta CC-5 legal. Muito menos ilegal. Isto, eu quero que se torne público. E é natural que eu vá fazer uso, hoje, do depoimento do deputado Pedro Ivo, para que eu possa fazer a defesa da minha pessoa e da minha honra, que está em julgamento na região de União da Vitória.

Eu teria outros assuntos, até pedi o Grande Expediente, e acho que temos que travar um bom debate, mas temos algumas questões que têm que ser debatidas, porque na verdade eu fiz um retiro nos últimos trinta dias, praticamente não li jornais, não ouvi rádio, não assisti televisão. E estou voltando porque quis dar um tempo nestes 30 dias, e estou voltando.

Nós últimos dias de Sessão, nesta Casa - e agora já entro num outro assunto - nós votamos aqui, 5 ou 6 projetos do governo para encampação do pedágio.

Não vi nada ter acontecido. No afogadilho da aprovação daqueles projeto, parecia que no outro dia seria encampado. Travei um debate com o deputado Dobrandino que disse que seria tomada atitude. Eu não vi nada ter acontecido.

Olhem, meus amigos, a questão do pedágio - é importante que se diga - se o governo do Estado do Paraná tivesse vontade de intervir na questão do pedágio, ora! Ele tem material suficiente, sem fazer auditoria nas contas das concessionárias. É só colocar uma pessoa nos postos de pedágio e fazer um levantamento, durante um mês, e já teria os valores arrecadados pelas concessionárias, os custos das operações que estão sendo feitas nas rodovias.

Agora, o que está acontecendo com essas ameaças da questão do pedágio? Quem está perdendo com isto é o povo paranaense, duas vezes. Duas vezes, porque ele continua pagando o mesmo valor, e de outro lado as concessionárias continuam paralisadas, paradas, esperando para ver o que vai acontecer. Muitas obras que teriam que estar sendo executadas, estão paralisadas. Eu não quero mais nem entrar na provocação de só fazer oposição e de dizer: não, tem que terminar, tem que encampar, etc.

O que tem que haver, deputado Anibelli, na minha forma de entender - e agora chegou o momento - e eu vi uma grande atitude de parlamentares, agora, em Brasília, de deputados que são oposição ao Lula e que ajudaram a votar as reformas, acho que nós temos que ter esta atitude aqui, também. Acho que agora chegou o momento em que o povo do Paraná está perdendo duas vezes. Tem que se encontrar uma saída: ou um acordo; ou encampar ou terminar, nem entrar mais nessa discussão. Mas, tem que se entrar num consenso, porque o que não pode são as

concessionárias continuarem arrecadando e quem vai daqui a Paranaguá sabe que não está acontecendo nada.

As obras estão paralisadas. Por que estão paralisadas? Porque não está havendo a tomada de atitude do Governo do Estado. O Governo do Estado tem que tomar uma atitude: ou faz um acordo; encampa ou termina, mas alguma coisa tem que ser feita, porque senão, daqui um ano, nós não teremos mais estradas, as nossas rodovias estão se terminando e a situação ainda não foi resolvida. O governador Requião está se contradizendo, quando ele forma essa Comissão para investigar, para estudar, para ver essas questões. Porque ele foi claro na campanha eleitoral. Quem forma comissão, não quer resolver o problema.

O que estou implorando, pedindo agora, não é mais nem quem se cumpra a palavra, apenas que não deixe o povo do Paraná pagar duas vezes, porque as concessionárias pararam de fazer investimentos. Se já faziam pouco, que não quero nem entrar nessa questão, agora de uma vez por todas não estão fazendo, porque estão esperando resolver esse impasse.

Agradeço aos senhores parlamentares, espero a compreensão do deputado Pedro Ivo, do presidente da CPI e do relator, por eu ter entrado nessa questão da CPI, porque foi a origem dessa notícia, da qual, a partir de agora, começarei a tomar as medidas legais que cabem a este parlamentar.

Com o aparte o deputado Elio Rusch.

#### **O Sr. Elio Rusch**

Deputado Valdir Rossoni, quero me solidarizar com as suas palavras e dizer que o Paraná e o Brasil nesses últimos meses - para não dizer nesses últimos anos - estão acostumados em ver as suas lideranças políticas serem fritadas, no linguajar que nós conhecemos.

Acusações são feitas de maneira leviana, fácil, e cabe exatamente ao acusado provar a sua inocência e não quem acusa.

V. Exa. citou o nome do Candinho, ex-secretário de Segurança Pública, nosso amigo, companheiro que foi execrado, quase foi preso, muito bem dito por V. Exa. Só nós sabemos o quanto esse homem sofreu para provar a sua inocência. Depois o Ministério Público, parece-me que por unanimidade, resolveu arquivar o seu processo, porque não foi encontrado nada que desabonasse a sua honra e mesmo a sua conduta, como homem público. Isso aconteceu no Paraná, na questão da CPI no Narcotráfico, quando veio para o Paraná. Aconteceu a nível nacional. Eu já usei desta tribuna inúmeras vezes, quando fiz questão de citar daqui, está aqui presente o deputado Rafael Greca, quando era ministro.

Quando V. Exa., deputado Rafael Greca, foi acusado injustamente pelos seus opositores na época, tanto do governo estadual e governo federal pelas possíveis falcatruas que haviam acontecido no seu Ministério. E V. Exa. sempre tem dito para nós deputados estaduais, dentro do nosso Partido, que o senhor iria provar a sua ino-

cência e o senhor provou. Nada foi provado contra o ministro Rafael Greca.

Contra o ex-ministro Alcení Guerra pesaram as mesmas acusações, contra o Reinhold Stephanes pesaram as mesmas acusações. Contra o José Eduardo tentaram difamar e, aliás, acabaram com o Banco do Paraná, que era o Banco Bamerindus, por questões políticas.

Então, parece que o interesse partidário, o interesse político muitas vezes ele sobressai aos interesses daquilo que a sociedade espera de um homem público.

Eu sei, como V. Exa. deve ter se sentido, se não citado o seu nome e muito bem dito pelo deputado Pedro Ivo e, agradeço a V. Exa. pela grandeza que V. Exa. diz que nunca saiu nada da sua boca, em relação contra o deputado Valdir Rossoni, em relação ao envio de dinheiro ilegal do nosso país para outros países. Eu pensei porque eu também já sofri por isso, já fui vítima dessas acusações infundadas, mas as pessoas estão respondendo processo. Um dia a Justiça haverá de lavar a honra dessas pessoas que foram acusadas.

Tenha certeza, deputado Valdir Rossoni, espero que os que têm a oportunidade, o poder da comunicação, que façam justiça sim! Nunca dá para nivelar todos por baixo. Existem os bons e existem os maus. As pessoas que enviaram o dinheiro irregularmente para o exterior, devem ser acusados. Na semana passada quando estive aqui o procurador da República, ele também fez acusações. Não declinou nome, mas disse que tinham políticos envolvidos no Estado do Paraná, e entre esses, um governador. Um dia vamos trazer à Casa para que seja esclarecido tudo. Porque, chega! Como disse o senador Jorge Bornhausen que hoje está aqui em Curitiba, ele usou uma frase seguinte: "tem pessoas que gostam de roubar a honra das outras pessoas, ladrão da honra alheia ou difamar muitas pessoas." Isto basta. o direito de um, termina onde começa o do outro.

Tem a minha solidariedade, deputado Valdir Rossoni, porque nós o conhecemos. Não como político, mas como empresário, e acima de tudo, como pessoa de bem.

Muito obrigado!

#### **O Sr. Rafael Greca**

Deputado Valdir Rossoni, a propósito do noticiário envolvendo a sua honra, o seu nome, quero lembrar que a velocidade da informação muitas vezes é inimiga da ética. A velocidade da informação muitas vezes não tem o tempo necessário para pesquisar a verdade.

Temos visto, às vezes, os meios de comunicação veicularem qualquer coisa.

A recente história política do Paraná, mostra que não tenho motivos para defender o ex-governador Jaime Lerner. Mas tenho motivos de sobra para duvidar da palavra do procurador Luiz Francisco de Souza. Esse senhor, de mim e da minha mulher, disse qualquer coisa, qualquer coisa. Inclusive quando enviamos os humildes artistas da Camerata Antiqua de Curitiba para a Itália, para se apresentarem por ocasião dos 500 Anos

do Brasil, para executarem, na Ópera de Florença, música de Bento Mussurunga, de Brasília Itiberê, de Vila Lobos e de outros grandes compositores brasileiros, a um custo que não foi nunca superior a 35 mil reais. Eram cerca de 35 músicos. Uma orquestra inteira. Ele transformou isso num crime contra a Nação. Foi a única vez que o Brasil não foi representado por mulatas sem roupa.

Foi um custo benefício tremendo no país, do ponto de vista de que conseguimos uma projeção na Rai Internacional, rede de televisão italiana, para todo mundo. Por trinta mil reais o Brasil foi veiculado para o mundo inteiro, na ocasião o Brasil mereceu o prêmio “Presidente da República Italiana” pela divulgação turística, que na ocasião se fazia do país e da sublime música brasileira, aliás a música é outro nome do Brasil quando se fala de cultura brasileira na Europa.

Então, esse homem de mim disse qualquer coisa, inclusive que eu era membro da máfia italiana do narcotráfico.

Então me olhem, contemplem a mim e a Margarita, e vejam se sou membro da máfia italiana no narcotráfico, e avaliem esse procurador.

Muito obrigado!

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Agradeço o aparte do deputado Rafael Greca. São verdadeiras as suas palavras.

Meu muito obrigado pela atenção dos senhores e a atenção da imprensa nesse momento.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Marcos Isfer.

**O SR. MARCOS ISFER**

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Venho nesta tarde de segunda-feira a esta tribuna, para colocar um ponto, uma agenda positiva, que foi o recente acordo realizado pelo governo Requião, por meio do Dr. Eduardo Requião, que negociou o retorno de equipamentos para o Porto Público Barão de Teffé em Antonina. Esses equipamentos, que teriam um custo de mais de oito milhões de reais, vieram a custo zero para o Porto Público e vão operar barcas que, bem sabe o deputado Stica que aqui também está, que aquele porto há mais de dez anos, a parte pública, não tem tido a dragagem necessária e, portanto, só pode operar com cinco metros, mas isso é uma agenda bastante positiva que já pela vinda dessas barcas gerou nos últimos dias mais de cem mil toneladas, ou 25% a mais do que o sistema portuário paranaense realiza em termos de graneis sólidos.

Já estão à espera para desembarcar, ao largo, ou aguardando momento para atracar mais de onze navios

até o final do mês, que também significam duzentas mil toneladas.

Vejam os senhores, neste momento que se fala tanto em geração de empregos, em baixar o custo Brasil, isso ocorre com um porto público onde a operação não é exclusiva, todo esse equipamento veio, mas não é de propriedade exclusiva de nenhuma operadora, qualquer operadora que deseja operar naquele terminal público pode fazê-lo, não há contrato de exclusividade e isso é muito importante que se ressalte, porque muitas vezes nós ouvimos ações serem realizadas e quando vamos ver é específica apenas para um determinado grupo comercial; aqui, não, qualquer grupo comercial pode operar. Nós tivemos nos últimos dias, à geração de mais de cem empregos diretos, devemos chegar a duzentos empregos diretos e tivemos mais de mil empregos indiretos, entre estivadores, arrumadores, guardiões, conferentes e motoristas.

Então, senhores, neste momento, nós temos que destacar essa agenda positiva, que faz com que Antonina, e eu tive oportunidade de estar lá no final da última semana e observar navios descarregando a felicidade das pessoas, deputada Elza, sem terem trabalho, em terem o que fazer, estarem sendo remuneradas e terem uma expectativa de no final do mês levarem para suas casas o seu salário digno, ganho à custa do seu trabalho, do seu esforço.

Quero deixar aqui os parabéns ao governador Requião, ao superintendente dos Portos de Antonina e Paranaguá, Eduardo Requião, por essa ação realizada, uma ação positiva que tem lá ainda para montagem um guindaste, nós esperamos que APA autorize a sua montagem, que poderá proporcionar, ainda, um maior fluxo de cargas e de barcas para o Porto de Antonina. Da mesma forma que nós desejamos que seja dragado urgentemente o porto, porque nós temos, por exemplo, o terminal privado de Ponta de Félix já operando há bastante tempo, um terminal-modelo para o Brasil, participação dos fundos de previdência, particularmente da Previ, que é uma das maiores acionistas, bem como o Fundo de Previdência da Copel, e esse terminal, que opera como modelo em nível de Brasil, começa a ter dificuldades, tendo em vista não ter havido a dragagem nos últimos nove meses, desde agosto, setembro do ano passado que não há a dragagem necessária e como sabemos há ali algumas correntes marítimas que fazem com que rapidamente se assoreiem àquele porto privado.

Então, nós desejamos também que isso venha a ocorrer, porque é essa agenda positiva que desejamos para o nosso Paraná, para o nosso Brasil, para que nós possamos dar resposta a esta população que quer antes de tudo a dignidade do seu trabalho, ver o seu Estado bem administrado e gerando os empregos desejados.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Rafael Greca.

## O SR. RAFAEL GRECA

Senhor presidente, senhores deputados. O Brasil perdeu na semana que passou, o jornalista Roberto Marinho.

O jornalista Roberto Marinho merece um registro especial de todos os brasileiros. Faço esse registro, na condição de brasileiro, na condição de ex-prefeito de Curitiba, que o teve como parceiro na obra cultural e na condição de seu amigo.

O brasileiro Roberto Marinho nasceu no Rio de Janeiro em 1904 e faleceu em 2003, no último dia 06 de agosto, na mesma cidade. Quando nasceu, filho do também jornalista, Irineu Marinho e de D. Francisca Pisani Marinho, a vida parecia marcá-lo para ser apenas carioca e para apenas viver no meio do jornal e das letras. Quando ele morreu, aos 98 anos, era um personagem da cultura brasileira com expressão mundial, porque tinha sido um revolucionário da comunicação, da cultura, da educação e do entretenimento.

O Roberto Marinho, tendo nascido para as letras, apostou tudo na imagem. Ele acreditou na cultura do futuro, na televisão e na imagem.

Ele herdou um jornal, apostou na televisão e deu à cultura brasileira um suporte universal.

Através da sua visão global, “A Escrava Isaura” falou chinês e os sonhos de liberdade de José de Alencar para os negros brasileiros, apaixonaram milhões de asiáticos.

Da mesma forma “Terra Nostra”, epopéia dos nossos avós imigrantes italianos que “fizeram América”, ganhou os mercados de toda a Europa e fez sucesso nos vídeos do Bósforo, entre o Mar de Mármara e as águas doces da Europa, na grande Istambul, porta dos mares da Ásia. Tiago Lacerda, a paranaense Maria Fernanda Cândido e Ana Paula Arósio, a narrar em turco a povoação e formação de São Paulo. E assim, foi com “Gabriela e Canela”, do sensual Jorge Amado, como “Maria Moura”, com “O Crime do Padre Amaro”, “A Muralha”, “O Auto da Compadecida”. Fernanda Montenegro, vivendo a Virgem Maria, vestida de ouropel, a proclamar singelas misericórdias da alma nordestina, traduzidas em todas as línguas do mundo.

Mas Roberto Marinho ainda fez mais - através da fundação que leva seu nome, já há 25 anos ativa no Brasil, apoiou-nos no Paraná e aqui em Curitiba pessoalmente e daí o nosso relacionamento com ele na criação do belo Museu de Arte Sacra que possuímos na Igreja da Ordem de São Francisco, aqui no centro histórico da cidade, já em 1979, e na organização do arquivo fotográfico e digitalização da Casa da Memória de Curitiba em 1981.

Na campanha de despoluição visual do Centro Histórico de Curitiba e da Rua XV, que realizei com o seu valioso apoio o programa “Cores da Cidade”, que tirou os luminosos, a poluição visual e pintou de cores vivas todo casario em torno da Generoso Marques, da rua Riachuelo e das arcadas do Pelourinho.

E também juntos inauguramos a memorável exposição “Pintura Brasileira - coleção Roberto Marinho” no Museu Metropolitano de Arte de Curitiba, que ao seu lado, de Lily e a minha Margarita tivemos a alegria de inaugurar. Naquela ocasião o mecenas não hesitou em despojar a própria Casa do Cosme Velho, de peças importantes da sua pinacoteca para compartilhá-la com o nosso povo. A exposição ficou quatro meses, e após esse tempo o velho me telefonou e disse: “Prefeito, devolva-me a minha Santa Cecília de Portinari, porque já estou com saudades dela.” E daí nós fechamos a exposição.

O agradecimento é a memória do coração.

Inesquecível sua passagem, com Lily, pelo Farol do Saber, quando o jornalista fez questão de visitar a primeira das cinquenta e sete bibliotecas de bairro, cada uma em forma de farol, com sete mil livros e vinte e cinco computadores ligados à Internet, que tive a oportunidade de idealizar e erguer nos bairros de Curitiba. E disse-me na ocasião: a luz do conhecimento, Rafael, é aquela que nunca se apaga. E é esta mesma luz que brilha nos programas de teleeducação, nos projetos de preservação do patrimônio histórico e cultural, no resgate da música e da literatura brasileira, na informação e no entretenimento, idealizados pelo singular e superlativo personagem que nos deixou.

Quando ministro de Estado, presidente da Comissão Comemorativa dos 500 Anos do Brasil, encontrei em Roberto Marinho e nos seus filhos, Roberto Irineu, João Roberto e José Roberto, e toda a equipe da Rede Globo Nacional, dirigida por Marluce Dias da Silva, grandes parceiros e apoiadores. Através da Globo e pelo trabalho incansável de seus profissionais, pudemos transmitir para todo o Brasil e o mundo, via satélite, a comemoração da Primeira Missa do Brasil, desde o Porto Seguro, com músicas brasileiras, executadas pela Camerata Antíqua de Curitiba.

Com ele idealizamos o programa “Brasil 500 Anos”, de motivação nacional, que viabilizou mais de mil projetos culturais implementados em todo o Brasil e no Exterior. Também, quando ministro de Estado, pudemos realizar com a Fundação Roberto Marinho e Telecurso Profissionalizante “Meu Negócio é Turismo”, motivador para trabalhadores de restaurantes, hotéis, taxistas, cozinheiros e operadores do “trade turístico”. Eram vinte lições de vídeo, apostilas onde as pessoas aprendem a inventar seu emprego através do turismo em vinte lições pela televisão. Esse Telecurso, com mais de trezentas mil cópias esgotou-se e suas apostilas até hoje, são disputadas nos cursos superiores de turismo de todo o Brasil pela qualidade pedagógica e pela rapidez e eficiência dos resultados.

Desde os tempos de ministro, quando sofri campanha orquestrada por setores que não queriam ver bingos enquadrados na engenharia lotérica da Caixa Econômica Federal, coisa que até hoje permanece sem nenhuma solução e já são quatro os ministros depois de mim e o

procurador Luiz Francisco não se incomoda com eles e os bingos estão soltos no país, e só aqui no Paraná não.

Justiça seja feita, guardo feliz lembrança do comportamento ético da editoria jornalística da Rede Globo e das Organizações Globo. Lá jamais se disse mal de mim, porque eles sabiam que eu não tinha culpa e não me atacavam em me sabendo inocente.

Roberto Marinho, desde 1925 até a idade longaeva, professou um jornalismo compromissado com a verdade e a construção do Brasil moderno.

Ele sabia que o jornalismo será tanto melhor quanto mais compreender que não se pode dizer qualquer coisa das pessoas, que a velocidade da informação é a pior inimiga da ética.

Sua trajetória eloquente registrou a queda de Washington Luís, atravessou a era de Getúlio Vargas, as presidências de Dutra e Café Filho, o convívio com Jango, JK e Jânio, os anos difíceis da ditadura militar - onde jamais cedeu aos apelos de expurgos na redação de O Globo - e chegou ao Brasil contemporâneo: a dor da perda de Tancredo, o governo Sarney, Collor, Itamar, FHC e a presidência de Lula.

Seu velório, que testemunhas, Margarita e eu, na mansão do Cosme Velho, no Rio de Janeiro, quinta-feira última, foi painel superlativo da vida brasileira contemporânea.

Todos os que fazem cultura e história, lá estiveram. Privilegiados pelo fraterno convívio desse homem - que herdou um jornal, tudo apostou na imagem, fez sua grande televisão e deu à cultura brasileira suporte global - fomos lhe dizer adeus.

Lembramos todo o bem que criou, o quanto soube compartilhar com o nosso povo. Por certo teve defeitos, já deve ter enfrentado o julgamento de Deus, mas a ele cabe uma frase que tanto apreciava: "um homem é eterno quando a sua memória permanece".

E nós aqui, em nome pessoal, dos curitibanos, do Paraná e dos paranaenses, lhe rendemos justa homenagem.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Natálio Stica.

#### O SR. NATÁLIO STICA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Eu, na semana passada, participei, a pedido do deputado Hermas Brandão e também a pedido do deputado Pedro Ivo, da Comissão Parlamentar de Inquérito que está investigando o Banestado.

Primeiro, quero parabenizar os membros dessa Comissão pelo belíssimo trabalho que vem sendo realizado aqui na Assembléia Legislativa. E com certeza esta CPI trará ao povo paranaense as muitas dúvidas que têm em relação à privatização do Banestado.

Mas, o que mais me chamou a atenção, entre as perguntas que foram feitas ao presidente Nacional do

Itaú, Roberto Setúbal, duas perguntas me chamaram a atenção: uma delas que eu tenho certeza que os membros da Comissão deverão dar sequência, que foi quanto ao acordo que o Itaú fez na compra do Banerj para continuar com as contas dos servidores do Estado do Rio de Janeiro. Qual foi o valor pago? E ele disse, cerca de cento e oitenta, quase duzentos milhões.

E foi perguntado por que não foi feito um acordo aqui no Paraná, já que as contas públicas continuam do Itaú?

E para espanto dos membros da Comissão, ele disse: foi feito um acordo! Um acordo de quanto? Ele disse: Não lembro, cem milhões, noventa milhões, qualquer coisa entre oitenta e cem milhões. Foi perguntado: Quando foi feito esse acordo? Ele disse: No segundo semestre do ano passado! Pasmem, senhoras e senhores deputados, ninguém sabe e ninguém viu o paradeiro desse dinheiro, seja oitenta, noventa ou cem milhões!

Eu ia fazer um pedido de informação, mas não posso. Creio que a prioridade é dos membros da CPI, que estão engajados nessa verdadeira luta, para desvendar essa caixa preta, que foi a privatização do Banestado, deputada Elza. Acredito que o deputado Neivo, que preside, ou os demais membros, com certeza vão fazer um pedido de informação, para que o Palácio Iguaçu possa responder à Assembléia Legislativa se tem conhecimento de onde foram para noventa ou cem milhões, que foram objeto do acordo do Banco Itaú e do Banco do Estado, no mandato do ex-governador Jaime Lerner. Afinal de contas, meu amigo Elio Rusch, é dinheiro público que deve certamente ter sido aplicado no Estado do Paraná. Esta Casa tem a obrigação e o direito de saber aonde foi aplicado esse dinheiro!

Portanto, espero que nos próximos dias os membros da Comissão façam esse pedido de informação, porque não é possível que o Paraná, o povo paranaense, um Estado que tem um dos piores índices de desenvolvimento humano do Sul do Brasil e um dos piores comprados com os demais Estados brasileiros, possa permitir o dinheiro passar sem ao menos saber aonde foi feita a sua aplicação.

Não é possível conversando com o secretário da saúde, Dr. Cláudio Xavier e ele falar que a demanda é muito grande, pelo pouco recurso que lá está condicionada aquela secretaria, deputado Carlos Simões. Temos a obrigação, como parlamentar, de procurar a verdade em cima dessa e de outras transações feitas por conta daquela má privatização de um bem público.

Um outro ponto que foi perguntado apenas para confirmar o que sabíamos, perguntamos se os seis bilhões emprestados do Tesouro, via Banco Central para saneamento do Banco do Estado, era dívida do Banco do Estado, pela sua má administração. Ele falou que não, que era dívida assumida pelo Banco do Estado, do governo do Estado do Paraná, que usou a entidade como se sua fosse, para fazer as negociatas e negociações, que foram feitas no passado e que, por isso, deixaram o

Banco do Estado em uma situação falimentar, chegando no triste e lamentável ponto que chegou.

Portanto, comprovado que o governo anterior fez uso da instituição Banestado, pondo em risco uma instituição lucrativa do Estado do Paraná e de sua gente, chegando ao ponto que chegou, culminando com a necessidade da venda ou da doação daquele banco. Essas e outras indagações serão feitas pelos membros dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem sido orgulho dos demais deputados desta Casa.

Era isso, por hora, senhoras e senhores deputados. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Elton Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, povo do Paraná.

Na última segunda-feira, na nossa cidade de Toledo, tivemos a presença do Stênio Jacob, superintendente da Sanepar, quando lá se discutia o contrato de concessão, acompanhado do deputado Duílio, que esteve na nossa cidade. Tem muita clareza, agora, no Paraná, que a Sanepar volta a prestar um serviço com caráter social. Passar alguns dados que nos chegaram até às mãos pelo Stênio, pela Arlete, que é diretora do Meio Ambiente e Ação Social - a Sanepar já produziu um estudo e está nas mãos do governador, para que sejam incluídas até 359 mil famílias, que é número máximo, de acordo com dados do Iparde, das famílias que poderão ser incluídas no cadastro social da Sanepar. Um dado importantíssimo - quando o governo Requião saiu do governo, no passado, tinham nesse cadastro em torno de 280 mil famílias cadastradas, beneficiadas pela tarifa social e quando o Lerner entregou o governo tinham, segundo dados adquiridos da Sanepar, em torno de 11 mil famílias.

E agora o governador já está com o estudo em mãos e o que a gente está pedindo nesta tribuna é que o governador agilize um pouco este estudo, porque nós estamos sendo cobrados, deputada Elza, no interior, que é um compromisso do governo do Estado em ampliar a tarifa social para as famílias carentes do Paraná.

Então, aqui como deputado, acredito que é unanimidade nesta Casa e a gente pede esta agilidade do governador e a gente já tem clareza que há esta sensibilidade social, considerando os dados que aponte aqui.

Meu muito obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Horário das Lideranças.

**(Todas declinam)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 70/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, constante do expediente, sugerindo a reativação do recanto existente na Rodovia dos Minérios, próximo ao trecho rodoviário de Rio Branco do Sul. **À Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação.**

Indicação nº 071/2003 de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente, sugerindo a criação de Bolsa Universitária Estadual para alunos egressos de escola pública. **À Comissão de Educação, Cultura e Esportes.**

Projeto de lei de autoria do deputado Mauro Moraes constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos deputados Barbosa Neto e Ratinho Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Vanderlei Iensen, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Barbosa Neto constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro) de autoria do deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro) de autoria do deputado Rafael Greca, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

## ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 242/2003, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que altera dispositivos da Lei nº 10.236, de 28 de dezembro de 1992, que dispõe sobre a instituição de taxa de segurança preventiva e criação do Fundo de Modernização da Polícia Militar. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado, artigo por artigo.**



**ITEM 02**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 107/2003, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a denominar Inês Maria Duarte Kurpel o trevo de acesso Chopinzinho - Coronel Vivida, na PR-281. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 006/2003, de 17.03.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 107/2003

**P A R E C E R :**

O projeto de lei em tela de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a denominar Inês Maria Duarte Kurpel, o trevo de acesso Chopinzinho - Coronel Vivida, na PR-281.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, e após ter recebido expediente da Secretaria de Estado dos Transportes informando que o citado trecho não possui denominação, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, na forma do substitutivo geral.

Sala das Comissões, em 02.06.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
SUBSTITUTIVO GERAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 107/2003

Art. 1º - Fica denominado Inês Maria Duarte Kurpel, o trecho de acesso Chopinzinho a Coronel Vivida, na PR-281.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02.06.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 107/2003

**P A R E C E R :**

De autoria do deputado Augustinho Zucchi, o projeto em epígrafe tem por finalidade denominar Inês Maria Duarte Kurpel o trevo de acesso Chopinzinho a Coronel Vivida, na PR-281.

Considerando tratar-se de trecho sem denominação, segundo informações prestadas pela Secretaria dos Transportes (Ofício 021/2003-AT, e de homenagem à pioneira do município de Chopinzinho, manifestamo-nos favoravelmente ao presente projeto, na forma do substitutivo geral da Comissão de Justiça.

Sala das Comissões, em 24.06.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

ELZA CORREIA - Relatora

**ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 275/2003, de autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv, que declara de Utilidade Pública o Instituto de Equipe de Educadores Populares, com sede e foro no município de Irati. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 035/2003, de 19.05.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 275/2003

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 275/2003, de autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Instituto de Equipe de Educadores Populares, com sede e foro no município de Irati.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que impeça sua tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.06.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 358/2003, de autoria da deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Patologia, com sede e foro nesta capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 050/2003, de 23.06.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 358/2003

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 358/2003, de autoria da deputada Elza Correia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Patologia, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que impeça sua tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.06.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Sobre os referidos projetos, Requerimento nº 1536, de autoria do deputado Hermes Fonseca, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, para que os mesmos completem a tramitação no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão dos dois projetos, para que possam voltar à CCJ.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1525, 1526 e 1535, de autoria do deputado Hermes Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1527, de autoria do deputado Artagão Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1530 e 1531, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1534 e 1538, de autoria do deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1537, de autoria do deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1546 a 1548, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1551, 1552, 1556, 1576 e 1577, de autoria do deputado Doutor Luciano, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1553, de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1554 e 1569, de autoria do deputado Elton Carlos Welter, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1555, de autoria dos deputados Elio Rusch e Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1557, de autoria do deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1559 a 1566, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1567, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1568 e 1572 a 1574, de autoria do deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

#### O SR. PRESIDENTE (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar os votos de louvor que propussemos ao atleta Rodrigo Pimentel Bastos, Guarapuavano, que foi medalha de prata nesse jogos Pan Americanos em Santo Domingo. Registrando, ainda, que ele não obteve a medalha de ouro, mas registrou um recorde na primeira fase daquela prova, onde de 125 pratos lançados, ele conseguiu acertar 124. Portanto conseguindo sua credencial para as olimpíadas do ano que vem.

#### O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Apenas para registrar a presença dos nossos parlamentares da Câmara Federal, deputado Luiz Carlos Hauilly e também do Cezar Silvestri. Registro também a presença do nosso vice-prefeito de Santa Helena, o Altair, do vereador licenciado e hoje secretário da Ação Social da Prefeitura de Marechal Cândido Rondon, o Val-

dir, também do vereador Valdir Andrade, lá do município de Cafelândia.

#### O SR. BARBOSA NETO (**Pela Ordem**)

Apenas para registrar e sugerir um voto de louvor à equipe de ginástica rítmica desportiva que conquistou duas medalhas de ouro no Pan Americano de Santo Domingo e me somando ao pronunciamento do deputado Artagão de Mattos Leão, já que Londrina é o berço da GRD com a técnica Bárbara e outras paranaenses que também fazem parte desta equipe.

#### O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está devidamente registrado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 025 e 026/2003.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 107/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 237 e 363/2003; e do Projeto de Resolução nº 009/2003.

Levanta-se a Sessão.

#### Atos da Comissão Executiva:

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 013/2003

Autoria do deputado Ratinho Júnior

#### SÚMULA:

Sugere a instituição, na rede pública e privada de Ensino do Estado do Paraná, o estudo da dependência química e suas conseqüências e o programa permanente de orientação e prevenção ao uso de drogas.

Art. 1º - Instituir, no âmbito da rede pública e privada do Ensino Fundamental e Médio do Estado do Paraná, a obrigatoriedade de manutenção, em caráter permanente e como atividade extracurricular, de um Programa de Orientação e Prevenção do Uso de Drogas.

Art. 2º - Para alcançar o disposto torna-se obrigatório o estudo e a capacitação do corpo docente da dependência química e suas conseqüências psicossociológicas.

Art. 3º - As atividades de prevenção do uso da droga e de estudo da dependência química, mencionadas são reputadas de relevante interesse público, podendo, para tanto, serem utilizados os recursos e apoio disponí-

veis da Secretaria Estadual da Educação, do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, da Secretaria Estadual da Saúde, Secretaria da Justiça e dos órgãos de Segurança Pública.

Art. 4º - Competeria a rede de ensino privado a promoção do estudo e capacitação, e da implantação da disciplina extracurricular, em caráter obrigatório, em conformidade com as diretrizes e conteúdo programático a serem definidos pelo Poder Executivo.

Palácio "XIX de Dezembro", em 03.06.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 014/2003

Autoria do deputado Vanderlei Iensen

#### SÚMULA:

Sugere a criação do vale-cultura para os profissionais da Educação do Sistema Público Estadual de Ensino.

Art. 1º - A criação do vale-cultura para utilização pelos profissionais de Educação do Sistema Público Estadual de Ensino.

Art. 2º - Seria concedida uma parceria com redes de cinemas, teatros, livrarias, editoras, locadoras de vídeo e afins, no intuito precípua de viabilizar o vale-cultura.

Palácio "XIX de Dezembro", em 03.06.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

A presente indicação tem como finalidade munir os profissionais de educação com uma ferramenta indispensável nos tempos que correm, que é a cultura.

A implantação do vale-cultura daria aos educadores condições de alimentar a alma e transportar sua mente para a construção de um ensino mais criativo, humano, atualizado e eloquente. O vale-cultura iria propiciar condições aos educadores acesso ao bom livro, uma peça teatral, assistir um filme ou locar um vídeo, trazendo como resultado uma educação de mais qualidade e progressista.

Solicito o apoio dos nobres pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação da presente indicação que cria o vale-cultura para os profissionais da Educação do Estado do Paraná.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 015/2003

Autoria do deputado Nereu Moura

#### SÚMULA:

Sugere a criação de cargos nos Núcleos Regionais de Educação, nos municípios de Jaguariaíva e Laranjeiras do Sul.

Art.1º - A criação, dos seguintes cargos, nos Núcleos Regionais de Educação dos municípios de Jaguariaíva e Laranjeiras do Sul:

I - 01 (um) cargo de chefe de Núcleo;

II - 01 (um) cargo de assistente técnico.

Palácio "XIX de Dezembro", em 03.06.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

A presente medida se faz necessária e urgente, pois nos dois municípios existe núcleo regional de educação, sem chefes e sem assistentes técnicos, inviabilizando assim que haja a correta coordenação dos trabalhos, assim como a eficiência dos serviços por ele prestados.

Como exige a Constituição Estadual que os serviços públicos sejam eficientes, a presente proposição visa dar exatamente esta qualidade aos referentes núcleos, para que estes possam dignamente servir às comunidades que necessitam de seus préstimos.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 016/2003

Autoria do deputado Fernando Ribas Carli

#### SÚMULA:

Sugere a construção de 3ª e 4ª faixas pelas concessionárias de rodovias no Estado do Paraná, nos locais das estradas onde existir faixa contínua.

Art. 1º - Ficariam obrigadas as concessionárias de rodovias do Estado do Paraná a construir 3ª e 4ª faixas nos locais das estradas onde existir faixa contínua com extensão superior a 300 metros, utilizando para isto o leito dos acostamentos já existentes.

Art. 2º - Esta norma seria aplicada nas estradas onde não houver previsão de duplicação no prazo máximo de 5 anos.

Palácio "XIX de Dezembro", em 04.06.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

A presente indicação tem por objetivo oferecer melhores condições de tráfego e segurança aos motoristas que utilizam a malha rodoviária paranaense administrada por concessionárias. A construção das 3ª e 4ª faixas agilizaria o transporte de cargas e estimularia o turismo em nosso Estado. Do ponto de vista as concessionárias, o custo das obras seria reduzido devido ao aproveitamento do acostamento das estradas.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 017/2003

Autoria do deputado Mauro Moraes

#### SÚMULA:

Sugere a construção de banheiros (masculino e feminino) pelas concessionárias de estradas de

rodagem para a utilização dos usuários da via pedagiada.

Art. 1º - Sugere a construção de banheiros (masculino e feminino) pelas concessionárias de estradas de rodagem para utilização dos usuários da via pedagiada.

Art. 2º - As concessionárias de estradas de rodagem pedagiadas teriam o prazo de 60 (sessenta dias) para se adequarem.

Art. 3º - A não observância ao determinado no item 1, sujeitaria a concessionária de estradas de rodagem à multa diária de 200 (duzentas) UFIR's.

Palácio "XIX de Dezembro", em 04.06.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

A presente indicação visa garantir ao cidadão o conforto necessário à realização de suas necessidades fisiológicas, sem que se sinta constrangido em ter de estacionar o seu veículo no acostamento das estradas que, além do risco em ser abordado por algum "amigo do peito", se vê obrigado à exposição de parte do seu corpo, a fim de solucionar uma indisposição eventual em plena via pública e, em especial, crianças e idosos.

### Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais

#### R E S O L V E :

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 273/2003

CONSIDERANDO - o infausto passamento, ocorrido no último dia 13 de junho, nesta Capital, do senhor deputado Piratan Araújo. O querido parlamentar, nascido em Palmas, iniciou sua carreira política como vereador no município de Palmas. Fruto de maravilhoso trabalho, Piratan Araújo foi eleito prefeito municipal de Palmas e, posteriormente, elegeu-se deputado estadual, durante a 4ª Legislatura (1963/67).

CONSIDERANDO - que essa ocorrência representa uma perda irreparável para a sociedade paranaense, dada a irrepreensível carreira de homem público do senhor Piratan Araújo, com um trabalho sempre voltado para as mais justas aspirações do povo da nossa terra.

Art. 1º - Guardar luto oficial por 03 (três) dias, a contar desta data, como expressão de pesar pelo falecimento do Exmo. Sr. deputado Piratan Araújo.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 274/2003

Conceder a EDISON LUIZ TABORDA, matrícula nº 40464, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, exercendo o cargo de agente administrativo N-61, lotado na Coordenadoria da Gráfica, admitido em 01 de agosto de 1984, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções, durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1997 e 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70, e conforme a Resolução nº 002/2002. O pedido de licença deverá ser marcado pelo requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, seguindo o estabelecido no artigo 250 e parágrafo único, da supra citada lei.

(Prot. nº 3956/2003)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16.06.2003.

#### ATO DA COMISSÃO LEGISLATIVA Nº 282/2003

Conceder a GISELE DE MATTOS LEÃO, viúva do ex-deputado estadual Aragão de Mattos Leão, falecido em 06 de junho de 1999, pensão mensal estabelecida pela Lei nº 4763, de 05 de novembro de 1963, com valor estipulado pelo artigo 2º, da Lei nº 13.426, de 07 de janeiro de 2002, a partir da data da publicação.

(Prot. nº 4014)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 285/2003

Conceder, diante da natureza de seu trabalho, a REGINA TRINKEL ARAÚJO, matrícula nº 185, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de taquígrafo revisor "A", nível TQ-2, referência III, de acordo com o artigo 252, da Lei nº 6174/70, horário especial de trabalho, por estar matriculada no 1º ano (noturno) do curso de Licenciatura Plena em História nas Faculdades Integradas "Espírita", que lhe permita sair às 18h00 todos os dias da semana, e a frequentar as aulas aos sábados, no horário das 13h30 às 17h00, na eventualidade de realização de Sessão, Fórum ou Reunião nesse dia, devendo repor o horário, conforme determina a lei retro mencionada.

(Prot. nº 3491/2003)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 286/2003

Aposentar compulsoriamente, a partir de 20 de março de 2003, data em que completou setenta (70) anos de idade, AGENOR SMICELATO, matrícula nº 40119, funcionário desta Assembleia Legislativa, admitido em 01 de fevereiro de 1985, exercendo o cargo de agente administrativo N-61, nos termos do artigo 40, parágrafo 1º, inciso II, da Constituição Federal, com proventos mensais e proporcionais a seu tempo de serviço, acrescidos de três (03) adicionais, de com o artigo 170 e parágrafo único, da Lei

nº 6174/70, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 09, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas desta Casa.

(Prot. nº 2263/2003)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.07.2003.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 287/2003

Conceder a PAULO EMÍLIO GOMES PERDIGÃO, matrícula nº 40083, funcionário desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de dentista, admitido em 01 de abril de 1988, lotado na Coordenadoria de Serviço Médico Odontológico, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções, durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1997 e 21 de junho de 2002, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70, e conforme a Resolução nº 002/2002. O período de licença deverá ser marcado pelo requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada lei.

(Prot. nº 4919/2003)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07.07.2003.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 288/2003

Conceder a CENI FITZ BREGENSKI, matrícula nº 40990, funcionária desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de agente administrativa N-61, admitida em 01 de agosto de 1990, lotada na Diretoria Legislativa, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções, durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1997 e 21 de junho de 2002, antecipado em razão da contagem do quinquênio anterior, permitida a legislação vigente à época, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70. O período de licença deverá ser marcado pela requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, seguindo o estabelecido no artigo 250 e parágrafo único, da supra citada lei.

(Prot. nº 5084/2003)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07.07.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

### Atos da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 40/2003

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MARIA DE FÁTIMA VITAL,

matrícula nº 40197, funcionária deste Poder Legislativo, admitida em 08 de abril de 1983, exercendo o cargo de agente administrativo N-61, lotada na Coordenadoria de Divulgação da Casa, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro das licenças especiais a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 3243/2003)

#### PORTARIA Nº 41/2003

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de OTILIA DA SILVA, matrícula nº 40667, funcionária deste Poder Legislativo, admitida em 01 de agosto de 1985, exercendo o cargo de agente administrativo N-61, lotada na Coordenadoria de Protocolo, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro das licenças especiais a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 3487/2003)

Gabinete da Diretoria Geral, em 25.06.2003.

#### PORTARIA Nº 43/2003

Colocar à disposição do Tribunal de Alçada, a servidora deste Poder Legislativo, STELA MARIS WINNIKES DA SILVA, matrícula nº 40881, até 31 de dezembro de 2003, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 5621/2003)

#### PORTARIA Nº 44/2003

Colocar à disposição do Tribunal de Justiça, a servidora deste Poder Legislativo, FÁTIMA REGINA VICENTE, matrícula nº 40154, até 31 de dezembro de 2003, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 5620/2003)

#### PORTARIA Nº 45/2003

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de NERY UMBERTO SGUAREZI, matrícula nº 40502, funcionário desta Assembléia Legislativa, admitido em 01 de março de 1989, exercendo o cargo de agente administrativo N-61, lotado no Gabinete da 1ª Secretaria, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de

1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 4215/2003)

Gabinete da Diretoria Geral, em 28.07.2003.

#### PORTARIA Nº 46/2003

Designar os procuradores ELDO GEVEZIER, HELENA REGINA STEPHAN MORO e MARCO ANTONIO MARCONCIN, para constituir a Comissão de Instauração de Processo Administrativo.

(Prot. nº 1930/2003)

Gabinete da Diretoria Geral, em 30.07.2003.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

#### Ata da CPI:

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO BANESTADO ATA DA 26ª REUNIÃO

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (Plenarinho), sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná- Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados membros: Delegado Bradock, Ademir Bier, Milton Pupio, Doutor Luciano, Waldir Leite, Elio Rusch, Ailton Araújo e Francisco Bühner. Participou também da reunião o deputado Natálio Stica. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, submetendo à aprovação a ata da reunião anterior. APROVADA. A seguir o deputado Neivo Beraldin solicitou ao depoente o senhor Roberto Egydio Setubal, que se fez acompanhar dos assessores, os senhores Manoel Fernandes de Rezende Neto e Otávio Aldo Ronco, que fizesse a leitura do termo de compromisso. Após suas considerações iniciais o depoente passou a responder às indagações dos deputados. Dentre as respostas, uma causou surpresa aos membros da Comissão. A declaração do depoente de que no segundo semestre do ano passado, o Banco Itaú repassou a quantia que não soube precisar mas que seria algo em torno de 80 a 90 milhões de reais para o Estado do Paraná, referente à renovação da exclusividade da movimentação das contas públicas do Governo do Estado do Paraná. O deputado Delegado Bradock, indagou se havia um recibo ou outro tipo de comprovante da operação. O depoente respondeu que havia um comprovante na forma de contrato. O deputado Neivo Beraldin determinou o prazo de 5 dias para que o referido documento fosse entregue à Comissão. O senhor Roberto Egydio Setubal se comprometeu a fazê-lo. A íntegra das perguntas e respostas, considerações finais, bem como a participação do renomado advogado-professor René Ariel Dotti, constam das notas taquigráfi-

cas que passam a fazer parte desta ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, demais deputados-membros e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERARDIN - Presidente

Alan Marcos Andrade - Secretário

#### Ata de Comissão:

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Ademar Luiz Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e apresentou redação final aos Projetos de Lei nº 176/2003 e 359/2003, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR LUIZ TRAIANO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior- Secretária

#### Erratas:

**Atas de Comissão Parlamentar de Inquérito republicadas, por terem saído com incorreções.**

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO BANESTADO ATA DA 8ª REUNIÃO

Aos **dezesseis**<sup>1</sup> dias do mês de abril do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Guimarães Gabriel Sampaio (Plenarinho), sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná- Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados membros: Elza Correia, Luciana Rafagnin, Doutor Luciano, Fernando Ribas Carli, Pedro Ivo Ilkiv, Ailton Araújo, Francisco Bühner, Waldir Leite, Ademir Bier e Milton Pupio. Havendo número legal o senhor presidente iniciou os trabalhos submetendo os seguintes requerimentos a deliberação: autorização aos membros do corpo técnico desta Comissão Parlamentar de Inquérito para que verifi-

1. Leia-se: **vinte e três**

que *in loco* nas dependências da Agência de Fomento, a documentação referente a aquisição de ativos pelo Estado, junto ao Banestado, para avaliar a forma adequada da Comissão ter acesso irrestrito à referida documentação visando elaborar amostra representativa do universo a ser investigado. Pois, segundo informação daquela agência, trata-se de um volume enorme de documentos. Além da solicitação a Sefa, que monta em 25.000 documentos: em votação, APROVADO. A reiteração do pedido de documentação ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná através dos ofícios nºs 02/2003, 15/2003 e 23/2003 de 19 de março, 01 de abril e 07 de abril do corrente ano, respectivamente, sem manifestação daquela Corte até a presente data. Concedendo o prazo de mais 5 (cinco) dias para o atendimento do pedido. Caso não ocorra, fica convocado o presidente do Tribunal de Contas do Paraná, bem como a equipe que realizou a análise das contas do Banestado no exercício de 1998. Em votação APROVADO. Após, os senhores deputados presentes divergiram sobre a deliberação do pedido de quebra de sigilo bancário e fiscal dos ex-conselheiros e ex-diretores do Banco do Estado do Paraná, diretamente responsabilizados pelo Banco Central do Brasil, pela aprovação das operações irregulares, que segundo este, constituem-se em infração grave na condução dos interesses da sociedade, ferindo a Lei nº 4.465/1964. A Comissão decidiu que votaria a proposta supramencionada após o depoimento do ilustre convidado o Doutor Celso Antonio Três, procurador da República que após os agradecimentos do deputado Neivo Beraldin, pela sua presença, passou a discorrer sobre as contas CC-5, lavagem de dinheiro e assuntos correlatos sobre os quais é notoriamente profundo conhecedor e reconhecido pela sua determinação, competência e transparência no trato da coisa pública. Em seguida, respondeu as indagações dos deputados que constam das notas taquigráficas que passam a fazer parte integrante desta Ata. Em seguida o deputado Neivo Beraldin solicitou ao doutor Marcelo Couto de Cristo que fizesse a leitura da relação dos ex-conselheiros e ex-diretores do Banco do Estado do Paraná, acima mencionados conforme a seguir: Alaor Alvim Pereira, Aldo de Almeida Júnior, Alfredo Sadi Prestes, Arlei Mário Pinto de Lara, Armando Falat, Aroldo dos Santos Carneiro, Bento Tolentino, Carlos Alberto Pereira de Oliveira, Celso da Costa Sabóia, Domingos Tarço Murta Ramalho, Elio Poletto Panato, Flávio d'Aquino, Francisco Molinari Gonçalves, Gabriel Nunes Pires Neto, Geraldo Molina, Giovani Gionédís, Guntolf Von Kaick, Heitor Wallace de Mello e Silva, Honório Petersen Hungria, Jackson Ciro Sandrini, João José Ballstald, José Carlos Galvão, José Tarcizo Falcão, Luiz Frare, Manoel Campinha Garcia Cid, Maria Miyuki Endo Ravedutti, Mechel Woller, Nelson Luiz Osório

Zagonel, Nilton Hirt Mariano, Oswaldo Rodrigues Batata, Paulo César Fiates Furiatti, Paulo Janino Júnior, Paulo Ricardo dos Santos, Paulo Roberto Pereira de Souza, Paulo Roberto Rocha Krüger, Pedro Geraldo, Ricardo Sabóia Khury, Sérgio de Lima Conter, Sérgio Eloi Druszcz, Valdemar José Cequinel, Valmor Picolo, Vilson Inácio Dietrich, Walter Senhorinho, Wilson Mugnaini e Zinara Marcet de Andrade Nascimento. O senhor presidente submeteu à votação o indiciamento dos ex-conselheiros e ex-diretores acima mencionados, APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, demais deputados presentes à reunião e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERARDIN - Presidente

Alan Marcos Andrade - Secretario

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO BANESTADO ATA DA 14ª REUNIÃO

Aos dois dias do mês de **maio**<sup>1</sup> do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Guimarães Gabriel Sampaio (Plenarinho), sob a Presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados membros: Luciana Rafagnin, Ailton Araújo, Francisco Bühner, Nelson Justus, Waldir Leite, Miltinho Pupio, Pedro Ivo Ilkiy, e Doutor Luciano. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos com a leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Em seguida foram ouvidos os depoentes, ex-diretores do Banestado os senhores Ricardo Sabóia Khury, Aroldo dos Santos Carneiro, Paulo Roberto Rocha Kruger, Valdemar José Cequinel, José Carlos Galvão e Élio Poletto Panato. As indagações dos deputados membros e as respostas dos depoentes constam das notas taquigráficas que passem a fazer parte integrante desta Ata. A seguir o deputado Neivo Beraldin convocou os senhores deputados membros da Comissão para a reunião no dia 03 de junho do corrente ano, com a presença do empresário Darci Fantin. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, demais deputados presentes e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERARDIN - Presidente

Alan Marcos Andrade - Secretário

---

1. Leia-se: **junho**